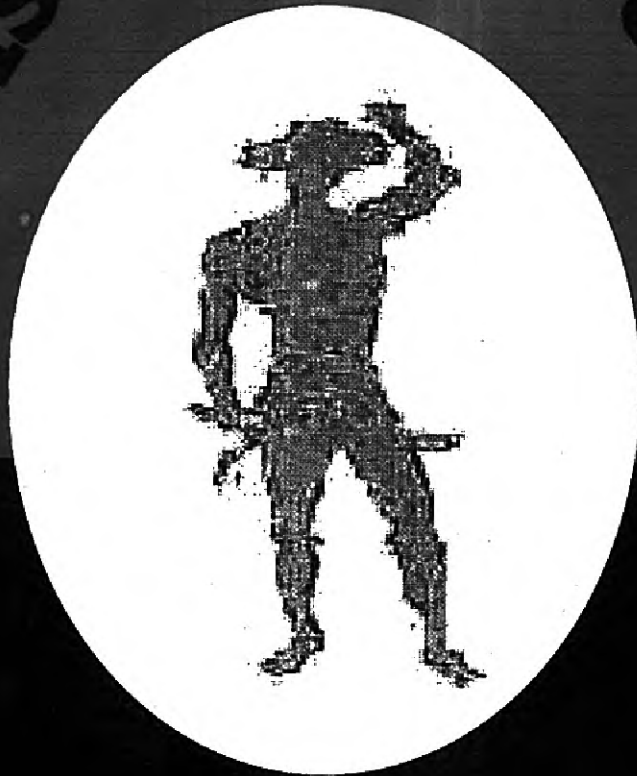


**RESISTÊNCIA POPULAR**



**AMAZÔNICA**

**- PROGRAMA GERAL -**

## APRESENTAÇÃO

A crise tem múltiplas utilidades. Entre as quais, e não a menor, servir de pretexto e justificar que trabalhadores e estudantes sejam coagidos a apertar (mais ainda) os cintos. A ofensiva do capital leva vidas humanas de roldão e faz retroagir vários decênios de conquistas obtidas com árduas lutas.

No Brasil nunca existiu "Estado de Bem-Estar". Aqui sempre imperou o Bem-Estar do Estado, isto é, da classe dominante: banqueiros, industriais, latifundiários, oligarcas, políticos profissionais e outros exploradores. Confinados à periferia do capitalismo mundial integrado, enfrentamos o que há de mais implacável na barbárie pós-modernizadora: o genocídio cotidianizado.

Não é novo este genocídio. Não é nova a exploração, nem a miséria. O novo é que muitos novos hoje não reivindicam a mudança. A juventude sempre foi reserva de mudança das sociedades humanas, símbolo da geração seguinte e do futuro. E esta juventude que hoje vemos envolta em individualismos incoerentes e regida pela lei do mercado.

Continuaremos na direção em que a ventania da globalização e do neoliberalismo nos empurra? Ou pegaremos a corrente de ar fresco, vento sempre disponível, da mudança e da insubordinação? Os instrumentos de resistência estão aí, nos movimentos sociais e na união daqueles que não querem se deixar comandar.

## LIBERDADE VS LIBERALISMO -

A liberdade do liberalismo, ao longo de sua trajetória histórica, sempre foi a "liberdade" de quem têm mais grana, de quem têm mais capital. Os jogos do livre mercado sempre estiveram baseados na exploração do homem pelo homem com cartas mais do que marcadas. A livre iniciativa nunca esteve vinculada ao exercício da individualidade e seu conseqüente potencial na criação da coletividade. O liberalismo, com sua nova roupagem, chamada neoliberalismo, investe contra a juventude tentando edificar valores pautados no individualismo exacerbado, na acomodação gritante e na alienação apalermante.

Isto se expressa muito bem na relação entre capital e trabalho. Qual é a nova dinâmica da indústria? O "novo" discurso dos empresários? Porque fala-se tanto em Qualidade Total, Competência, Co-gestão, Terapias de Grupo para operários, participação dos trabalhadores no lucro das empresas, sindicalismo de resultados, reengenharia e outros petiscos do capital para a mídia ávida?

Ao mesmo tempo, e isso já não apetece a grande imprensa, fala-se também em suicídio de trabalhadores estressados, desemprego em massa, salários cada vez mais baixos, aumento da jornada de trabalho, aumento do trabalho escravo, crianças vendendo chicletes nos sinais. Tudo isso é parte da nova roupagem do liberalismo, que é tão maléfica e mortal quanto a velha.

São velhos mecanismos desta globalização de 500 anos. O cerne da questão é que tudo isso nos é vendido como sinônimo de liberdade, de felicidade, de plena realização do potencial humano. Será que a plena realização do potencial é igual ao cúmulo da mediocridade das aspirações? Quer-se crer que não. Por isso aqui é preciso dizer o que é liberdade para o ideal libertário.

Liberdade é o exercício das potencialidades do humano, coisa que o liberalismo não permite, impede. Todo ser humano faz parte de um mundo, de uma cultura, de uma ou mais razões. Cada ser humano é uma individualidade e é isso que nos faz um coletivo em espécie. Como disse o médico e sociólogo argentino Juan César García, "o trabalho útil, criador de valores de uso, constitui estímulo que desenvolve as capacidades físicas e mentais do ser humano, isto é, um produtor de saúde."

É assim que é o trabalho na sociedade libertária. No liberalismo a escolha que é colocada para os países de periferia é clara: ou se empacotar para uma prateleira reluzente que esconde a imundície, ou então ser mais um número na imensa estatística dos mortos e feridos.

Liberdade é saúde e não massacre. É honestidade e não corrupção. É paz e não violência. É autogestão e não repressão.

### CONJUNTURA NEOLIBERAL NO MUNDO

O neoliberalismo nasce, como doutrina política e econômica, após a segunda guerra mundial, contrapondo-se ao Estado keynesiano, o Welfare State, ou seja, o dito Estado de Bem Estar Social. Esse Estado, por muita pressão dos movimentos sociais, principalmente do movimento sindical influenciado pelo anarco-sindicalismo, garantiu minimamente alguns direitos sociais, como o direito à educação pública e gratuita, a garantia das oito horas diárias de trabalho, o fim do trabalho para menores, o direito a férias e descanso nos finais de semana. O fantasma do socialismo ameaçava a burguesia em todos os países depois das revoluções russa, mexicana e espanhola. A crise dos anos 30 impôs um dilema à burguesia mundial: ou se concediam esses direitos básicos à imensa massa de desempregados que vagava faminta e desesperada pelo mundo, ou os movimentos socialistas se fortaleciam ainda mais e a ruptura revolucionária chegaria também aos centros do capitalismo mundial.

Nessa hora, ao contrário do que pensam muitos, a burguesia apelou para a sua consciência de classe - a social - democracia não foi um repente de amor à humanidade e à democracia, foi mais um temor de perder todos os lucros. A classe dominante demonstrou toda sua capacidade de sobrevivência e se viu obrigada a diminuir um pouco a taxa de lucros para evitar o desastre total do sistema capitalista, já falido. O Estado de Bem - Estar Social nasceu dessa mistura de medo e competência política. Os liberais sumiram do cenário mundial. A liberdade do capital ficou restringida e o sistema conseguiu se manter impune por mais algumas décadas.

Mas os ideólogos da ditadura do capital tiveram muita "paciência", planejando detalhadamente, em congressos bianuais que reuniam os poucos miliardários do mundo, a volta do liberalismo, banido da economia mundial pela crise de 29 e pelo avanço dos anseios socialistas. A lógica do Estado de Bem-Estar Social se manteve na Europa até a crise do petróleo, na década de 70, que provocou a quebra das economias centrais do capitalismo, o aumento das taxas de juros, fragilizando todo o esquema industrial e de consumo. Isso provoca uma guinada à direita nos países do centro capitalista. Era o momento que os capitais especulativos esperavam para se mostrar novamente em toda sua selvageria.

Na Inglaterra é eleito o governo Thatcher, em 1979, primeiro governo a implementar, publicamente, o receituário neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chega a

presidente dos Estados Unidos. Tanto entre os europeus quanto entre os estadunidenses o modelo keynesiano começava a ruir.

Fazendo uso de termos como globalização, estado mínimo, qualidade total os donos do planeta pregam o fim da história e têm propostas políticas para implementar nos países subalternos do capitalismo mundial - países capitalistas periféricos.

Essas propostas políticas foram objetivadas no consenso de Washington (1989) e visam sobretudo permitir que o capital especulativo tenha livre entrada nas economias subalternas. E esta entrada não significa investimento *concreto*, pois estes parasitas entram em nossos territórios e saem a qualquer momento em busca de outras valorizações ainda maiores, noutras economias do planeta.

Neste mesmo consenso fabricado, as classes dominantes dos países subalternos impõem tais políticas conforme o estabelecido no receituário neoliberal. E assim temos, no Brasil como na Argentina, como na Ásia: abertura indiscriminada da economia, a não cobrança de taxas sobre os capitais especulativo, privatizações e outra medidas que venham favorecer a lógica sanguinária da globalização do capital.

As conseqüências do consenso, sentimos na pele: destruição da indústrias nacionais e aumento do desemprego, da miséria social e da violência. Para que o capital financeiro se multiplique sem limites nessa ciranda de investimentos virtuais é preciso que os países periféricos mantenham as mais altas taxas de juros da história do capitalismo - entre 30% e 40% ao ano. Isso provoca o aumento das dívidas públicas interna e externa. Os juros promovem o saneamento do capital especulativo e fragilizam a economia dos países latino americanos. Isso explica a posição dos países periféricos na desordem mundial. Quem definiu bem a situação foi o italiano.... "a globalização é uma grande suruba em que os terceiro mundo entra com a bunda".

E entramos bem. A política neo-liberal foi implantada como um verdadeiro furacão que arrasou a já debilitada estrutura sócio-econômica de países como México, Argentina, Brasil, Peru, Chile. Os governos eleitos nas nações latino-americanas a partir da década de 90 - com muita publicidade enganosa e voto de cabresto - adotaram indiscriminadamente o receituário expostos nos círculos capitalistas internacionais (consenso de Washington e Davos).

O retorno das idéias do liberalismo no cenário econômico mundial e sua defesa entusiasmada de um Estado mínimo que abrisse amplos espaços para a atuação do capital monopolista, especulador, veio com a crise política do Welfare State, que se caracterizava por uma participação efetiva do Estado na área de proteção social. Era necessário uma nova dinâmica que servisse novamente para aumentar a taxa de lucro dos capitalistas.

A lógica perversa do neoliberalismo é mais ou menos esta: tira do Estado várias responsabilidades e deixa para o capital a livre conveniência do mercado e as atribuições que eles sabem desempenhar "perfeitamente".

Por isso serviços de energia elétrica, transporte e a educação foram e são entregues de mão beijada para nossos exploradores. E nos empurram a idéia de que o interesse do capital é a melhoria da qualidade na prestação dos serviços e não o aumento dos lucros.

As cartilhas estabelecidas pelos órgãos capitalistas internacionais - FMI e Banco Mundial à frente - pregam a diminuição dos gastos públicos e a retenção de gastos governamentais. Mas, essas medidas só são necessárias para os países subdesenvolvidos. Os EUA tem a maior dívida



pública do mundo, mas lá não houve leilão de nenhuma riqueza nacional e o mercado deles continua sendo um dos mais protegidos do mundo. A idéia é responsabilizar os países pobres pela crise do capitalismo e fazer com que os trabalhadores paguem por ela.

Esse dito final da história, idealizado por Fukuyama e defendido pelos artífices do neoliberalismo representa uma falácia ideológica. É como se na humanidade não houvesse mais ideais contraditórios e sim um consenso definitivo.

Esta fase atual do capitalismo significa não um mundo em ampla igualdade de direitos, pelo contrário, a globalização da maneira que se coloca, significa o aperfeiçoamento do colonialismo e neocolonialismo, ou seja agora o mundo é igual para todos os desiguais. Aproximadamente 4 centenas de pessoas (burgueses) detém cerca de 43% do PIB mundial. A solidariedade capitalista que vivemos é que a casta minoritária do planeta se ajuda para aumentar a taxa de lucros. A grande maioria não é encarada como gente e fica cada vez mais distante de uma condição de vida digna.

O avanço da tecnologia é vendido como a redenção da humanidade. Mas apenas redime o capital especulativo de suas origens duvidosas - os maiores negócios do mundo ainda são o tráfico de drogas e a venda de armas. Além de tornar o ser humano supérfluo em favor da máxima tempo é dinheiro - mais robôs, menos tempo de produção, mais lucro, mais desemprego - a tecnologia apenas permite ao capital que se movimente por vários países no mesmo dia.

Pela manhã, Bill Gates investe seu capital em Tóquio, a tarde este capital busca valorização no México, e no final do dia transfere-se para o Brasil. Toda essa movimentação não é para investimento em indústrias e criação de empregos, é apenas a busca de lucro para os parasitas. Por isso é que hoje o lucro maior vem da ciranda financeira do planeta, de um dinheiro que não se transforma em mercadoria: ganha vida e se reproduz e de uma hora para outra pode ir embora quebrando economias nacionais inteiras.

O desemprego que nós vivemos no dito capitalismo desenvolvido existe de maneira estrutural. Agora tornou-se um problema extremamente significativo. Alemanha, Espanha, Argentina e Brasil apesar de suas diferenças estruturais apresentam taxa de desemprego elevadíssimas.

Um dos discursos mais repetidos na mídia mundial é aquele que atribui à má qualificação técnica do trabalhador a causa principal dos elevados índices de desemprego. Sem dúvida a tecnologia tem diminuído os postos de trabalho na indústria e no comércio. Mas o maior causador do desemprego elevado atual é o deslocamento dos recursos do setor produtivo. Para os capitalistas, a especulação é o setor mais atrativo - a as taxas de juros garantem essa atração. Por isso muitas fábricas e indústrias fecharam ou estão fechando. Como o interesse maior é o lucro e não a estabilidade do trabalhador, os capitalistas não pensam duas vezes antes de deslocar seus recursos para o mercado financeiro.

O entusiasmo desvairado dos especuladores provoca o aumento recorde dos investimentos no mercado de ações. No ano de 1999, Wall Street (a meca do capital financeiro mundial) bateu todas as marcas históricas de investimento. Nunca tanta gente investiu tanto nas bolsas de valores. O índice Dow Jones, que mede a circulação de ações na bolsa de Nova Iorque, mostrou que em 99 apostou-se com mais avidez do que em 29. Isso provoca instabilidade nas bolsas de valores e indica claramente que o capitalismo chegou num grau extremo de desigualdade e desorganização estrutural.

E aqueles que vivem nos países pobres, nas periferias, nos grandes centros urbanos dos países arrasados pelo furacão neo-liberal tem diminuídas suas perspectivas futura de vida. Gerações e mais gerações estão sendo jogadas no buraco escuro da miséria.

## O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, como já se disse, nunca houve Estado de Bem-Estar. Após os séculos que o continente viveu como colônia oficial da Europa, no século XIX passou a ser colônia oficiosa através das "independências" das nações latino-americanas. Seguiu sendo desmandado pela "ordem" das máfias oligárquicas nacionais a serviço das máfias capitalistas internacionais, com vários períodos de negra ditadura, alguns de falsa democracia e genocídio permanente. Acompanhou todas as tendências políticas da Europa, assim como as culturais, sociais, trabalhistas.

Foi assim que, nos anos 60 e início dos 70, em meio a mais uma crise capitalista e um estado permanente de avanço da Social-Democracia no Primeiro Mundo, os povos latino-americanos começaram a eleger governos mais à esquerda. E estes governos, Allende no Chile, Jango no Brasil, foram derrubados por ditaduras patrocinadas pelo Capital Internacional. Afinal não se vive impunemente no quintal do país mais imperialista do século XX.

Não eram governos "vermelhos", como queriam fazer crer os mandarins de Washington, eram apenas governos sociais-democratas, comprometidos com reformas que não tornariam nenhum país socialista, mas que contrariavam os interesses de empresas como a ITT - International Telephone and Telegraph, que viu seus imensos lucros no Chile ameaçados pela nacionalização das minas de cobre e patrocinou grupos de extrema direita para desestabilizar o regime de Allende, financiando inclusive as armas que permitiram o saque ao palácio presidencial em Santiago (1973).

A opção do Brasil pela social-democracia nessa época foi mais um acidente do que uma escolha popular. Jango assumiu depois da famosa renúncia-pileque de Jânio Quadros. E implementou reformas antes nacionalistas do que socialistas. Mas naquela época, a "ameaça comunista" era pretexto para todos os desmandos do império estadunidense na América Latina.

Os pretextos mudaram nesses trinta anos, o império teve que conseguir novos aliados nos países do sul, mas os desmandos continuam os mesmos. Não são mais os generais americanos que apoiam as ações estadunidenses, e o problema agora é o "narcotráfico", mas o Poder de mando do império continua o mesmo, e as ameaças de invasão se desenham mais concretas para um futuro próximo. A Amazônia é o principal alvo.

O pretexto do narcotráfico é o mais cínico de todos os tempos. A tal "ameaça comunista" se sustentava firmemente sobre a tensão mundial da Guerra Fria. Assim como as agressões mútuas entre israelenses e palestinos dão força ao argumento da "ameaça muçulmana". Mas aqui, ao sul do Equador, o maior consumidor de drogas do mundo fala em "guerra às drogas", quando sabemos todos que foi com dinheiro do narcotráfico que o governo estadunidense patrocinou a ditadura sangrenta do narcotraficante Manuel Noriega, na Nicarágua. O dinheiro do tráfico foi muito útil para combater os guerrilheiros sandinistas. Também foi muito útil para combater os iranianos, já que ficou comprovado que o governo Reagan usou narcodólares para financiar milícias no Oriente Médio, o que acabou vindo à tona no escândalo Irã-Contras. E os Estados Unidos de Bill

Clinton não titubearam em apoiar o ELK, Exército para a Libertação do Kosovo, um grupo conhecido na Europa inteira pela sua atuação no tráfico de drogas.

Agora o Bill quer nos fazer acreditar que as FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que controlam 40% do território colombiano, são financiadas pelo narcotráfico. É o motivo que faltava para se fazer a invasão da Amazônia, sob a luz dos holofotes da mídia perversa e vendida.

Mas esses 500 anos de invasão, ditadura e arbitrariedades ensinaram uma dura lição aos povos do continente: sabemos resistir, agora mais que antes, e saberemos melhor enquanto o tempo passa, até o dia da libertação.

### 500 ANOS DE RESISTÊNCIA ÍNDIA, NEGRA E POPULAR -

Nesses quinhentos anos de nossa história aprendemos com toda a certeza o quanto é necessário continuar resistindo. Desde a chegada dos cidadãos "civilizados" em 1500, nossa trajetória é a constante resistência à exploração dos brancos, cristãos, ricos, europeus.

Na Amazônia, pesquisas apontam para a existência de mais de 15 milhões de habitantes, antes da chegada do invasor europeu. Daí em diante o modelo colonial foi responsável por um dos maiores genocídios da história.

Apesar da resistência indígena, negra e popular, bravamente mantida em todo o período colonial de nossa história, nem todo o sangue do nosso povo impediu a exploração e o saque que iam favorecer a classe dominante parasita da Europa. Por outro lado, em nenhum momento poderemos esquecer dos bons momentos de luta de nosso povo.

Os índios resistiram e ainda que tenhamos esquecido o nome dos milhões que tombaram nas florestas brasileiras, lembramos de Ajuricaba. Os afro-brasileiros resistiram e ainda que não tenhamos livros nos ensinando os nomes das mães e pais negros que perderam seus filhos na fuga da senzala, jamais esqueceremos de Zumbi. Cabanos eram todos, e por este nome podemos lembrar de todos os companheiros da classe trabalhadora que vestiram um chapéu, de palha ou de penas, defendendo a liberdade. Estes são momentos que devem ser lembrados sempre por nós que damos continuidade a esta luta.

O Brasil passou, com o famoso grito de D. Pedro, de colônia de Portugal a entreposto da Inglaterra. E continuamos submetidos aos desmandos das máfias capitalistas. Mas resistimos gritando e, a cada dia 7 de setembro, em vez de comemorarmos marchando o falso grito de independência, damos o verdadeiro grito dos excluídos.

Em todos os momentos, de 1500 até hoje o que se verifica é a submissão das elites parasitas nacionais aos interesses exploradores capitalistas internacionais. Em conjunto, eles têm forjado modelos políticos e planos que nos são empurrados goela abaixo. E a nossa lição dessa experiência pode ser resumida numa palavra: RESISTÊNCIA.

A submissão continuou, apesar da luta dos trabalhadores no início do século, dos movimentos de guerrilha urbana que se opuseram ao regime militar e do movimento operário ressurgido em 79.

A ditadura no Brasil abriu chagas incuráveis no desenvolvimento inclusive do pensamento nacional. A abertura lenta e gradual do governo Geisel arrefeceu os ânimos e abriu caminho para a eleição indireta da múmia Tancredo, mesmo com o amplo movimento das Diretas Já. Os anos 80

na América Latina continuavam a tradição de dominação do continente. Aqui o receituário Neoliberal começou também a ser aplicado.

Isso é fácil perceber numa rápida caracterização, até folclórica, das décadas da segunda metade do século. Os anos 50 são dourados, do consumo, da industrialização, da classe média em ascensão. Era a social democracia. Os anos 60 são rebeldes, da contestação, dos jovens socialistas, do movimento hippie. Era o avanço das ideologias socialistas, "permitido" pela sistemática da social-democracia. Os anos 70, são críticos, da farsa do Brasil grande, da repressão, da incerteza, das greves, do Movimento Punk e da insegurança. Era a crise do capitalismo. Os anos 80 são "pop", de muitas cores, dos produtos supérfluos, dos computadores, do avanço da indústria cultural, da ditadura do mercado, da alienação. E a ofensiva do Neoliberalismo.

E os anos 90? Nos anos 90 a alienação se aprofundou. A poderosa máquina de diversão, entretenimento e desinformação da Indústria Cultural é inegavelmente vitoriosa. É a década do Tiririca, da bunda mole da Carla Perez, do trombadinha Collor no poder, do Movimento Estudantil fora de moda, da UNE fazendo acordos com presidentes e servindo de trampolim para mauricinhos ambiciosos (vide Lindbergh Farias, Fernando Gusmão e Orlando Silva), dos movimentos populares sendo engessados pela farsa petista do Orçamento Participativo...

Mas a história dos anos triturantes do neoliberalismo não é só tristonha, como pode parecer. Os movimentos sociais resistem e lutam como sempre. Se mantiveram vivos, assustando e detonando os esquemas capitalistas, muitas vezes usando as técnicas terroristas gestadas no seio do sistema.

O que nós vimos constantemente por ai em todas as áreas do planeta são respostas dos trabalhadores demonstrando que o ideal de justiça socialista está vivo e atual para se contrapor a estrutura protagonizada pelo neoliberalismo.

O neoliberalismo encontra resistência nas montanhas de Chiapas, no México, onde os índios se rebelaram, declararam várias cidades independentes e vão realizando o fim de séculos de colonialismo e exploração. Nas ruas de Buenos Aires, onde os trabalhadores e a juventude tomam as ruas com faixas e gritos contra o desemprego. No centro urbano de Montevidéu, onde a população se reuniu em unia comunidade libertária, a Comunidade Del Sur, que não paga impostos, desobedece os desmandos da oligarquia local e mantém vivo o sonho da autogestão. Nos campos e florestas do Brasil, onde milhares de crianças, mulheres e homens se assumiram Sem-Terra contra as parcas dezenas de donos-do-pais, enfrentando suas armas, sua violência e sua ignorância com uma forte consciência e uma grande disciplina.

O neoliberalismo se choca com as vontades de milhões que querem decidir suas vidas com liberdade. No centro de Lima, onde um ícone do sistema foi tomado pelos companheiros do Tupac Amarú, que mantiveram reféns por lindos 130 dias os habituais seqüestradores do povo pobre do Peru. Poderíamos falar ainda dos inesquecíveis resistentes do Timor Leste e da Indonésia inteira, de Mianmá na Asia peninsular, de Angola, Zaire, África do Sul e Serra Leoa na África. Rebeldes do mundo! Vamos globalizar nossas experiências de luta, pelo fim do Estado e da exploração!

CONSTRUINDO O PODER POPULAR -

Porque falar em poder, já que nossa luta maior é pela liberdade, pelo socialismo libertário? A resposta é simples, ainda que um pouco dolorosa: o poder não é uma coisa, não é algo em que se pegue, algo de que podemos nos tornar donos, o poder é intangível, ainda que muitas vezes seja palpável. Podemos ser vítimas dele, mas também sempre o exercemos. Há uma diferença entre o "poder" e o "Poder". O Poder é usado pela burguesia para oprimir e explorar. O poder é usado por nós no nosso dia-a-dia.

O poder, assim com "p" minúsculo, expressa uma relação entre seres humanos. Uma relação que está colocada no mundo, quando erguemos o braço para pegar um coletivo, quando entramos no coletivo, dando passagem a uma senhora com sua criança ou passando na frente dela, quando sentamos ao lado de um velho, quando levantamos para que outro velho sente, quando ajudamos o cego a subir no ônibus, quando descemos com ele e o acompanhamos na travessia da rua.

Nos relacionamos dentro e fora do ônibus com várias pessoas, usando do nosso poder, esse poder que está disperso pelo mundo e que pertence um pouquinho a cada um de nós, mesmo quando não sabemos muito bem como usá-lo.

E isso é o poder popular: é quando o povo aprende a usar o seu poder, transformando-o numa ferramenta de libertação, num passo para o socialismo libertário, numa maneira de acabar com o Poder da burguesia: em vez do Poder que oprime e explora, temos vários poderes fragmentados, e cada um de nós, cada dois, cada três, cada comunidade exerce seu poder regionalmente, democraticamente, sem imposições ou autoritarismo.

Muitas pessoas interpretam mal este conceito. Desconfiadas pelo que a experiência histórica já trouxe de mentira e opressão sob o rótulo de socialismo, temem que este nosso poder popular seja uma reedição anarquista da perversa ditadura do proletariado.

Uma coisa que queremos deixar claro é que quando falamos de poder popular, não se trata de uma escolha. É apenas o reconhecimento de que após uma ruptura revolucionária algum poder se constrói. Não é uma questão de gosto mas apenas e tão somente o reconhecimento de uma realidade.

O poder popular do qual do qual falamos pressupõe uma forma de organização social baseada no federalismo político, que viabiliza a autogestão sócio-econômica. Esta forma de organização tem algumas características específicas: o Poder do Estado se esvazia, porque na fase do poder popular o povo vai aprendendo a se organizar de baixo para cima. O poder popular têm suas bases nas organizações populares do movimento social (sindicatos, grêmios, associações de bairro, movimento sem teto etc.) e não nos partidos e organizações políticas. Assim é que cada bairro vai exercer o seu poder de acordo com o conhecimento de seus próprios problemas, riquezas e peculiaridades.

Para permitir a organização da sociedade, o poder popular tem a intenção de constituir instâncias de coordenação entre as variadas organizações populares, movimentos e frentes, federando-os politicamente, de maneira que a própria população vai gerir a sociedade.

Entendemos que o Poder surge do vazio de participação. Este vazio pode surgir por dois motivos: o primeiro é o impedimento da participação. Um Poder toma o lugar das demais pessoas nas decisões "participa por elas", em nome delas, e as oprime. É o Poder institucionalizado, criado pela imposição autoritária que usurpa o espaço de participação do coletivo e o monopoliza. Este



Poder não será exercido para a maioria alijada das decisões, mas apenas e tão somente de acordo com os interesses da minoria dominante.

Pois bem, o certo é que há também o poder que surge sem imposição. É o poder que surge cada vez que alguém se recusa, conscientemente ou não, a participar. Cada um de nós já deve ter observado este tipo de postura no próprio dia-a-dia. São inúmeros os casos onde a participação não só é aberta como também é estimulada. Mesmo assim muita gente não participa, permanece apática, deixa decisões sobre sua própria vida a cargo de outros. É aquilo que alguns chamaram de "servidão voluntária".

Não é apenas na nossa vida cotidiana que isso ocorre. Muitos poderiam pensar que num momento revolucionário há um salto qualitativo gigantesco no nível de consciência geral das pessoas e que isso garantiria a participação a partir dali. Seria muito bom se assim fosse, mas não é o que a história demonstrou. Esse "salto" certamente existe, mas não devemos exagerar suas dimensões. Pensar na revolução como a redenção, como uma espécie de apocalipse, onde tudo muda de um minuto para o outro é algo meio religioso, beirando o fanatismo.

O incremento de participação realmente ocorre num momento de ruptura revolucionária - uma insurreição por exemplo - onde a vida assume um clima festivo, a empolgação e o entusiasmo são grandes, e as pessoas estão diante de algo que vai bem, que está dando certo. Passados os primeiros momentos as dificuldades começam a aparecer: a repressão, as baixas, a escassez de gêneros de primeira necessidade, enfim, dificuldades pelas quais passam todos os processos revolucionários. Nesse contexto a tendência é decair a participação e o entusiasmo: muitos se dispersam e é aí que a história nos demonstra a importância de relativizar o tal "salto" de consciência.

Nesse momento da ruptura, o vazio de participação se torna um espaço de poder. Neste caso também há poder, mas é um tipo de poder com origens diferentes, surge da não participação do próprio sujeito. Isso acontece por variados motivos, mas o principal deles é que vivemos, há pelo menos 500 anos, numa sociedade onde a lógica do Poder do mais forte acabou se interiorizando em muitas pessoas. Pessoas que foram acostumadas desde criança a somente obedecer, a somente escutar e nunca falar, a depender dos outros e deixar as decisões de sua vida a cargo dos outros.

É uma carga que todos nós carregamos em maior ou menor grau porque nascemos e fomos criados nesta sociedade. E é um grande obstáculo a se superar. Infelizmente não é uma mudança que possamos fazer do dia para a noite. Trata-se de uma mudança de mentalidade, de pensamento. As mudanças no plano das mentalidades, mesmo com saltos significativos, funcionam num

ritmo de tempo mais lento do que as mudanças econômicas e sociais. Durante este tempo, necessário para que estas mudanças se processem, haverá poder, não porque alguém se imponha mas porque outros não são capazes de participar ainda.

O vazio de participação não existe por muito tempo, é logo preenchido por alguma forma do poder, que pode se materializar em opressão ou libertação. Essa é a diferença entre a ditadura do proletariado e o poder popular.

O poder popular não se toma, se constrói. Ele não existe de maneira acabada, é algo em gestação, nas lutas cotidianas de nossa classe. Poder popular nada tem a ver com a tomada do



Estado. Consideramos que nenhum Estado poderá ser verdadeiramente popular, porque nenhum Estado funciona, ou funcionou na história, de baixo para cima. Faz parte da essência de qualquer Estado a decisão de cima para baixo, onde a grande massa não tem poder de decisão, e o Poder é monopólio de uma classe privilegiada (poder do Estado burguês) ou de um partido que pretende falar em nome da classe trabalhadora, mas que na verdade acaba se impondo sobre ela (poder da ditadura proletária). Se algum Estado funcionasse de baixo para cima, já seria qualquer outra coisa, teria qualquer outro nome, mas não seria um Estado.

Para darmos um exemplo concreto: na revolução russa os soviets encarnavam a forma de poder popular encontrada pelos trabalhadores. A construção do processo revolucionário se deu dentro da estrutura dos soviets, comitês que reuniam todos os trabalhadores e organizavam a vida social. Na Rússia revolucionária todas as forças políticas estavam subordinadas a este organismo popular.

Os bolcheviques, poucos meses depois de outubro, conseguiram anular o poder dos soviets e transferir de fato este poder para o Estado. E aí começou a ditadura do proletariado, uma das mais sangrentas que a humanidade já produziu.

Na revolução espanhola algo semelhante se deu. O verdadeiro poder popular estava enraizado nos conselhos e comitês populares. Em pouco tempo conseguiu-se esvaziar estes organismos, as diversas forças políticas foram integradas ao governo da Frente Popular (Estado) e os conselhos finalmente foram dissolvidos.

Os que defendem a ditadura do proletariado querem tomar o poder do Estado e transformá-lo em Estado Operário, como os bolcheviques na Rússia. Nós queremos destruir o Estado e efetivar o poder popular. É uma diferença simples e essencial.

Sua decorrência natural é que nós procuramos orientar nossa prática no movimento social no sentido de fortalecer as organizações populares independentemente do estado, pois elas é que deverão ser os organismos responsáveis pela autogestão sócio-econômica.

Entendemos que a formação de um Estado centralizado é sempre o início da contra-revolução e que, por mais difícil que seja estimular a participação, este é o único caminho para uma revolução avançar. Basicamente há duas atitudes em relação ao poder popular, após uma ruptura. A primeira é daqueles que querem estancar o poder popular, fixá-lo e convertê-lo num Estado. A segunda, que é nossa, daqueles que optam por estimular este poder popular, estendendo-o a toda a sociedade, ou seja, buscando a incorporação de todos a este poder, o que seria a negação do poder em si e uma passagem para a plenitude do socialismo libertário. Há também os inertes, que não fazem nada com a desculpa de que qualquer coisa que se fizer é autoritária.

A construção deste poder popular se dá desde já, é imediata. Atuando nas organizações populares e fazendo o árduo trabalho de estimular a participação desde agora, chegaremos ao momento em que o Estado será enfraquecido.

Quanto mais o poder popular estiver fortalecido, mais o Poder da burguesia será esvaziado, e estaremos caminhando a passos largos para a conjunção entre federalismo político e autogestão sócio-econômica que é o próprio socialismo libertário.

## INSERÇÃO SOCIAL

Inserção para nós é a estratégia revolucionária libertária. Quase todos concordam com isso, mas ainda é uma definição muito abstrata e há bastante confusão sobre o que é de fato inserção social; portanto tentaremos precisar o conceito e os termos.

Quem se insere, se insere em algum lugar. Esta é a primeira pergunta que aparece diante de nós quando falamos em inserção social, o que já nos revela um primeiro critério: um critério geográfico, ou seja, onde nos inserirmos? O núcleo, organização, grupo ou coletivo só tem inserção se for capaz de responder esta primeira pergunta: onde está inserido? A resposta pode ser de várias formas, mas sempre respondendo a este requisito. Pode-se estar inserido na universidade, no bairro, na fábrica, no campo. Resumindo, o primeiro critério que define a inserção é o geográfico.

A inserção em nosso entendimento se dá por área, de onde saem projetos, diversos tipos de trabalhos e atividades que se desenvolvem mais de acordo com as necessidades das próprias pessoas e não somente de acordo com nossas idéias. A inserção social para nós não se define por projeto, luta segmentada ou de gênero. Normalmente a lógica desses movimentos é inversa a nossa: escolhem primeiro uma luta particular e levam esta mesma luta para várias áreas. Nosso caso é o contrário, escolhemos uma área de onde saem várias lutas.

Encaramos a atividade temática, tipo projeto de conscientização, como uma atividade de apoio, que tem uma importância muito grande, não só para a propaganda, mas também para fomentar o debate, desde que tenha continuidade e coerência com a ação militante de inserção.

A opção por área e não por tema tem boas razões para se explicar. Quando estamos verdadeiramente inseridos cria-se uma identidade no cotidiano com a população, com os estudantes, camponeses ou operários dependendo do caso. Você é parte deles, ou quando você ainda não é buscará trabalhar para ser. Dessa forma nossa militância não é para eles, mas é feita com eles, por dentro, nunca de fora. Quando você leva o projeto em várias áreas, pode até ser reconhecido e respeitado, no caso de ser um projeto bem intencionado, mas não se criam vínculos ou identidade com o povo, você não é visto como parte daquele local.

Isso, além de ser uma questão ética, é principalmente um pré-requisito para o trabalho com vistas para um processo revolucionário, afinal de contas os laços de solidariedade de classe só se criam com identidade de classe. As pessoas, os grupos ou partidos que estão fora dificilmente conseguirão influenciar profundamente o povo com suas opiniões no momento revolucionário, porque não conhecem de perto seus problemas reais e certamente, mesmo com a melhor das intenções, não terão sintonia com o povo e dificilmente gozarão de confiança, pois esta se constrói no cotidiano.

As conseqüências já puderam ser vistas em várias oportunidades. Na Revolução Russa por exemplo, os Bolcheviques não tinham inserção em vários locais e como o povo rejeitava suas propostas, pois não estavam em sintonia com a sua realidade, eles se julgaram no direito de se impor pela força. Já a maioria dos libertários russos se mantiveram à parte dos movimentos sociais, também sem inserção e no processo revolucionário ficou inerte e isolado. Somente na Ucrânia e em Kronstadt a postura foi diferente, mas ternos que reconhecer que a maioria dos libertários não seguiu esta

postura, o que indiretamente beneficiou os Bolcheviques. Portanto, esta identidade que se constrói com o tempo é o segundo critério para definir se realmente há inserção social por parte de nossos militantes.

Por fim há um terceiro critério que é o tipo de trabalho de base que se desenvolve. E há basicamente dois tipos: urna luta mais concreta, material e outra mais de conscientização, trabalhando no campo das idéias. Para nós a primeira é prioritária, a mais emergencial, e a Segunda é algo também importante, mas que faremos na medida das possibilidades. Para exemplificar melhor: num determinado bairro no qual estamos inseridos há um problema emergencial de alimentação, mas também existe analfabetismo, carência de atividades física etc... A nossa opção é de atacar primeiro a questão de alimentação, mesmo sabendo da importância do lado cultural. Afinal de contas ninguém aprende direito com fome. De forma que nós priorizados o batalho, a luta por coisas mais objetivas, como já foi explicado acima, pois acreditamos que são estas lutas que vão forjar o espirito lutador do povo, porém entendemos como importante a atividade cultural desde que reafirmem ainda mais a inserção.

Falando mais objetivamente as questões "materiais": saúde, alimentação, moradia, emprego, terra por exemplo, estão em primeiro lugar no trabalho de base. A partir de projetos que procurem resolver deste tipo de questão é em que pensamos estruturar nossa militância.

*até agora*

## PROGRAMA PARA A FRENTE DE EDUCAÇÃO

### Alguns passos importantes

Um dos objetivos finais para a frente de educação é sempre avançar na socialização do conhecimento em benefício da classe trabalhadora. Nossas estratégias são pautadas no trabalho de inserção social visando a transformação das varias entidades, organismos de luta e projeto de educação em instrumentos para alcançar nossos objetivos estratégicos.

Objetivos estratégicos nesta frente:

#### a) Intercâmbio produtor de conhecimento entre Universidade Escolas e Sociedade/ Comunidade:

Este intercâmbio é uma mão dupla, ao mesmo tempo que a universidade/escola ajuda a sociedade, a sociedade passa a colaborar com a universidade/escola inserindo saberes e conhecimentos não acadêmicos / oficiais na universidade/escola.

É algo bem diferente do que propõe a maioria das organizações de esquerda, os assistencialistas, ONG's e projetos de extensão universitária oficiais. Para estas forças trata-se de entregar algum conhecimento para a sociedade. Nestes casos a universidade/escola é encarada como a detentora exclusiva do saber, que num ato de benevolência baixa até a sociedade para ensiná-la.

A concepção é claramente elitista. Para os assistencialistas trata-se de aliviar as consciências sentindo que 'pelo menos fizemos algo pelo povo'. Para os projetos de extensão oficiais trata-se de algumas migalhas à sociedade de vez em quando para justificar a imensa quantidade de verbas públicas, melhorando a sua imagem e mantendo alguma legitimidade perante os explorados. Quanto às ONG's é um bom meio se sugar recursos públicos para si própria e abater impostos para empresas com o pretexto de benevolência social. Já para a esquerda reformista

trata-se de levar a Juiz do conhecimento as massas ignorantes e iluminá-las para que sigam pelo caminho correto. Em todos estes casos cabe a classe um papel de receptor do saber.

Portanto para nós esta relação é radicalmente diferente. Trata-se de devolver à classe o que lhe é direito, mais do que isso trata-se de fazer com a que a própria classe retome o que é seu, seja através de sua presença na universidade e na escola, seja direcionando a produção e aplicação de conhecimento para a classe.

b) Resistência unificada ao processo de privatização dos estabelecimentos' públicos de ensino com forma de desestabilização do capitalismo:

Neste momento histórico o capitalismo tem necessidade urgente de transformar em áreas de obtenção de lucro serviços públicos pelos quais já pagamos em forma de impostos, como a saúde e educação. A resistência a este processo, mesmo que sem sucesso total (o impedimento da privatização ou desativação) é, por si só, um fator de desestabilização do capitalismo, pois quanto mais resistência houver mais se acirram as contradições latentes e mais a crise do capitalismo se aprofunda. Este é um dado novo, relativamente recente. Portanto, o ME se defronta agora com interesses do capital, representado através do Estado. Resistir a este processo é também tentar salvar as raras oportunidades de acesso ao ensino para a nossa classe e impedir que a educação se transforme de vez em mercadoria acessível a poucos.

Disputar o conteúdo pedagógico para combater o aparato ideológico de reprodução do Sistema:

Na disputa é que se conquista e se avança, na polêmica é que os interesses contrários de classes se defrontam a favor e contra a manutenção e reprodução ideológica do sistema pelo controle do regime. A luta pela derrubada da reforma educacional governista é uma luta contra interesses de um sistema econômico, sustentado por um regime de classe exploradora, contra os interesses da outra classe explorada que luta pela sua libertação.

c) Lutar por instituições de ensino públicas, populares e gratuitas com qualidade social:

Transformação do poder centralizado e burocrático das direções das instituições de ensino para avançar o poder popular dentro dos espaços de educação, através da participação direta dos setores da educação e classe trabalhadora, avançando tanto a socialização do conhecimento em seu benefício, como sua tomada sob o controle da sociedade.

d) Formação e disputa de quadros:

É no período escolar de ensino médio e superior que os jovens formam seu caráter político-ideológico. Também é nesta fase que a juventude por sua própria iniciativa desperta para as relações em grupo/coletivo e tende a procurar formas de participação dentro das quais se identifique.

Temos que trabalhar para disputar quadros, os quais não venham futuramente servir para os interesses do capital e do Estado. Esses indivíduos que, por falta de alternativas de trabalho com a classe trabalhadora, se vendem ao primeiro capitalista de plantão. A Resistência Popular Amazônica deve apresentar projetos concretos de socialização do conhecimento e com isso absorver esses quadros e diluir esse conhecimento aos trabalhadores

**Nossos métodos, técnicas e metodologias são:**

a) Participação

- Buscar uma política de comunicação massiva: jornal e rádio comunitária.
- Propaganda de qualidade, que seja criativa, busque identidade local e classista

- Decisões coletivas em fóruns abertos: assembleias, plenárias, reuniões abertas, encontros, etc.
- Realização de eventos abertos: cursos, seminários temáticos, atividades culturais, campeonatos e atividades esportivas.
- b) Horizontalidade
  - Forma de organização de caráter libertário
  - Coordenação (em lugar de diretoria) colegiada, ou seja, sem hierarquia.
  - Definir poderes e limites da Coordenação.
  - Quando preciso distribuir funções em instâncias executivas e deliberativas, definindo poderes e limites.
- c) Ação Direta
  - Fugir ao burocratismo.
  - Envolver as pessoas pela prática e não pelo discurso ideológico.
  - Quebrar o caráter paternalista das entidades.
  - Projetos que alterem a realidade.
- d) Definição de projetos baseados tanto na avaliação das necessidades demonstradas pelas pessoas, quanto pela conjuntura.
  - traçar raio X político, social, econômico, ideológico, militar.
  - Desenvolvimento programático de curto, médio e longo prazo, para a localidade bem como para a frente.
  - Pesquisar formas de se avaliar as demandas da realidade.
  - Partir sempre destas demandas e não de nossas próprias idéias, para chegarmos a politização que julgamos necessária.

#### **Os organismos que unificam as lutas**

##### **Os Setores da frente de educação**

- a) Estudantes Secundaristas de escola pública
- b) Estudantes Universitários das públicas
- c) Trabalhadores em Universidades Públicas
- d) Trabalhadores no Ensino Público Fundamental
- e) Estudantes Universitários das Privadas
- f) Estudantes Secundaristas das Privadas
- g) Trabalhadores em Universidades privadas
- h) Trabalhadores no Ensino privado Fundamental
- i) Escolas Técnicas (Federais, SENAI, etc.)
- j) Cursinhos
- l) Supletivos
- m) Programa de Alfabetização de Adultos

#### **Organismos ou entidades de base importantes para a construção da luta:**

- a) Universitários
  - Centro Acadêmico
  - Associação de Moradores ou Casa de Estudantes
  - DCE

- Núcleos de Extensão Universitária

b) Secundaristas

- Grêmio

- Conselho Escolar

Entidades gerais

a) Secundaristas em geral.

- UMES

- UBES

b) Universitários em geral:

- UEE

- UNE

- Executivas de Área

Táticas

Táticas para o Setor Estudantil Universitário Público

a) Conselho Universitário: é o fórum máximo de decisão das universidades. É interessante estar lá, mas para isso é preciso que exista um amplo movimento de apoio ou uma célula de cerca de 10 pessoas onde um ou dois lá estivessem, uma vez que o conselho só funciona apoiado pelo movimento e consome muito tempo e energia. No atual quadro é inviável por que nos absorveria quase totalmente e nos impediria de atuar em coisas mais eficazes;

b) CA's:

c) Cursinhos para estudantes da classe trabalhadora: é uma iniciativa válida, que trabalha no sentido de trazer gente da classe a universidade, a socialização de conhecimento se faz neste sentido: gente da classe que quanto mais aqui entrar, mais ajuda a retomar este conhecimento de volta para a própria classe.

d) DCE: a entidade poderia ser um ótimo instrumento para socializar conhecimento para a classe pelos seguintes motivos: representatividade junto aos estudantes, Reitoria, entidades estudantis, de funcionários e professores; Tudo isso possibilita ao DCE bancar vários projetos e lutas que um CA ou moradia não pode carregar.

e) Moradia e Assistência Estudantil: trabalha para socializar conhecimento para a classe na medida em que o permite a um estudante da classe ter condições mínimas para estudar. Trabalha na mesma via que um cursinho: a classe dentro da universidade, porém num estágio mais avançado, com os que já entraram na universidade.

f) SENCE ( Secretaria Nacional de Casas de Estudante): esta entidade consideramos importante por vários motivos: as moradias pelo Brasil não estão tão elitizadas são um foco potencial de resistência; historicamente é onde a militância estudantil se concentra; é uma entidade nacional que se bem estruturada nos oferece grande possibilidades; possibilita um contato com outros estados quer poderá se desdobrar numa expansão da Resistência Popular; pode nos permitir - uma vez fortes na SENCE - atuar com força na UNE;

g) Extensão Social: avaliamos como a forma mais direta e eficaz de socializar conhecimento com a classe explorada hoje em dia; é uma forma de fincarmos o pé num bairro preparando a saída de uma frente para outra após o fim de curso; possibilita trabalhar com muitos estudantes que não se engajariam em entidades estudantis; pode dar



maior estabilidade e garantir futuramente a existência de uma célula estudantil mesmo com os altos e baixos do ME.

### Programa Geral

Este Programa propõe nortear os objetivos da Resistência Popular Amazônica na Frente de Educação, buscando na prática cotidiana um maior aprendizado teórico e transformando-o em realidade coletiva, pois para que o povo possa ter condições mínimas de lutar por liberdade e socialismo a educação deve ser um benefício de todos.

Mas a educação que queremos não é aquela manipulada pela burguesia, que nos prende e torna escravo do sistema, não é para servir ao capitalismo que queremos educação e sim para nos libertar e criarmos força e suporte para lutar contra este sistema que nos oprime.

Dessa forma, nós libertários trazemos neste documento uma nova proposta pautada na construção de uma educação emancipadora, que forme homens e mulheres conscientes de seu papel social de transformadores dessa realidade, *a qual prima pela ignorância e tem como único objetivo nos tornar submissos e escravos do Estado e das classes dominantes.*

E para dar resposta a todo este descaso com que a educação vem sendo tratada, trazemos aqui os nossos princípios básicos de ação, nossas estratégias, metodologias e bandeiras de luta para a construção de uma educação realmente libertadora.

### A EDUCAÇÃO:

A educação atualmente passa por uma enorme crise face a proposta pedagógica neoliberal, a qual se encontra composta de estratégias como é o caso do desaparecimento do espaço público gratuito educativo, impondo um certo controle ideológico através das chamadas "avaliações da eficiência do processo educativo".

Na verdade, a pedagogia neoliberal, através desse método de avaliação da educação, passa a subordinar a democracia ao controle ideológico capitalista. E o Estado, no seu papel de reproduzidor da ideologia burguesa e capitalista, têm-se feito presente no controle, manipulação e imposição de um ensino voltado para a sua legitimação.

De certa forma, o que percebemos hoje é a destruição da linguagem popular e, portanto, da força política do povo, desarticulando-os e reduzindo os termos pedagógicos à lógica da economia de mercado, tornando a educação um mero subproduto a serviço do mercado.

E esta lógica não é a que queremos, pois a educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade como um todo e, simultaneamente um processo de transformação da sociedade em benefício do homem.

A busca deste benefício está nas mãos da educação libertadora, ou seja, nas mãos do povo que deve ser articulada não apenas como objetivo de estabelecer um ponto final, mas como um processo participativo em todas as suas etapas e comprometido com a democracia. Uma educação que não seja um "manual de instruções" e uniformização de conteúdos, mas uma prática social que estabeleça passo a passo, consciência de classe, participação e liberdade. Aqui a educação "seria pensada para a vida, com a vida e pela vida".

É importante que saibamos que a educação é contínua e aspecto prático do cotidiano social, portanto não podemos deixar que esta seja manipulada pela burguesia, nem mesmo que nos torne

escravos, na verdade o que queremos é uma educação libertária, onde possamos criar forças e conhecimento para lutar contra o opressor - o sistema capitalista.

### A EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA:

A educação oficial/institucional na região amazônica hoje é calamitosa, e se configura em uma das armas mais fortes para a alienação e para a dominação promovidas pela classe opressora. Desde a primeira bota colonizadora até hoje, a Amazônia vem sofrendo transformações profundas, sempre com o apoio do instrumento político de dominação, o estado, primeiro pelo europeu, depois pela versão subalterna do mesmo, o Estado sempre serviu para garantir o estado de regalias da burguesia sempre garantindo essa região para a exploração dos grandes agentes capitalistas.

A infra estrutura é necessária para a apropriação do espaço. A materialização para dominação deste território converteu-se na construção de estradas que rasgaram as matas, vieram projetos de colonização organizados pelo Estado, causando grandes migrações para a região, porém esses colonos foram deixados ao acaso, sem a mínima condição de sobrevivência abandonados no meio da grande selva. Posteriormente vieram os grandes projetos: a hidrelétrica de Tucuruí garantindo a energia necessária para acumulação capitalista, a ferrovia de carajás para escoar a expolição de nossos recursos, dentre outros, trazendo grandes contingentes de migrantes para o trabalho temporário, e com o seu término, eram mais trabalhadores sem perspectiva, que começaram a se aglomerar em várias cidades causando um hipertrofia populacional, soma-se a isso a migração para o trabalho no garimpo e para as construções da Companhia Vale do Rio Doce e temos um barriú de pólvora. Essas migrações, resultado de uma política de colonização do território brasileiro, mão de obra temporária, dentre outros, configuram uma estratégia do Estado junto com o capitalismo transacional para a conquista da "última fronteira". Os resultados disso são bastante visíveis, no índice alarmante de mortes em conflitos de terra, nas ilhas de riqueza que se formaram com os grandes projetos, em meio a oceanos de miséria. Essas ilhas podem ser identificadas com a Vale do rio Doce que mantém um nível de vida altíssimo para seu alto escalão de funcionários com total qualidade de vida nas suas company-towns, isolados, por um "cinturão verde", de toda a miséria e precariedade de vida dos trabalhadores rurais ao seu redor. Enquanto isso são tragados uma quantidade assustadora de recursos naturais por esses grandes projetos, mas que não trazem nenhum benefício para o povo, não tendo esses, acesso muitas vezes nem a luz elétrica.

Mas o que isso tem haver com educação? Tudo!. Pois na região amazônica é que estão os maiores índices de analfabetismo do Brasil. São milhares de crianças, jovens e adultos que não sabem ler nem escrever, soma-se a isso o sucateamento das escolas públicas que se encontram em péssimas condições, sem merenda, sem material escolar, sem professores qualificados, e com uma pedagogia que nem de longe incita a crítica ou discute essa realidade. Assim a classe dominante mantém um instrumento poderosíssimo para impedir a organização e a luta do povo trabalhador contra toda essa injustiça e exploração.

Por isso é mister que construamos a universidade popular, que os estudantes ocupem e construam seus grêmios livres, que o movimento estudantil tome uma nova postura ante essa situação, no sentido de impulsionar a luta estudantil através da ação direta no embate e

contestação a todo esse quadro retratado. Mas isso só será conseguido quando a nossa entidade estiver mais próxima do estudante, quando estiver ao lado do povo, construindo e unificando com ele a luta por terra, trabalho, justiça social, etc...

Assim o setor universitário e secundarista da Resistência Popular Amazônica reivindica a construção de um ME de caráter classista e combativo que esteja ao lado do povo na luta por emancipação.

### UM HISTÓRICO DA LUTA ESTUDANTIL:

Falar de luta estudantil é falar das aspirações e necessidade dos estudantes e falar da opressão e repressão na qual eles vivem nas universidades e escolas.

Desde a criação no Brasil das primeiras instituições de ensino superior, no século XIX podia-se ver que a idéia era de atender aos interesses da classe dominante com a criação dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia que visavam preparar "cidadãos" úteis ao nascimento do Estado Brasileiro e mantenedores dos valores capitalistas.

É esse o papel imposto aos estudantes, e é para lutar contra este papel, de homens, máquinas fazedoras de dinheiro que o Movimento Estudantil combativo surge. Para ir em oposição a toda ditadura e repressão imposta pelo Estado e a burguesia.

Como movimento social, a luta estudantil vem cobrir uma lacuna de projetos políticos e culturais que atendessem os anseios de mudanças nas estruturas da sociedade, participando ativamente das lutas sociais. São os estudantes lutando com o povo por uma sociedade justa e igualitária.

Chega então a ditadura militar em 1964, como um monstro que cobre as ruas de terror e ódio. É a repressão do sistema em sua forma mais cruel (era o que se pensava até então, mas veio o neoliberalismo, a fase "bonitinha mas ordinária" do capitalismo). A censura é posta em prática e já não se pode falar o que se pensa, e no lugar da palavra liberdade, no dicionário aparece tortura. Os estudantes organizados através de suas entidades UNE, UBES, fazem um trabalho intensivo de contestação do regime, através de manifestações culturais através dos CPC (centro popular de cultura) no qual levam cultura de resistência interagido com o povo criando identidade e unificando a luta por liberdade. Essa é a fase de maior combatividade de nossa entidade, quando esta realmente tinha um caráter classista e combativo e lutava ao lado do povo.

Em 1968, o ato de matar ou torturar passa a ser legalizado, é o temido AI-05. Não se pode fazer mais nada sem ser vigiado, inclusive pensar. Os movimentos sociais são obrigados a entrar na clandestinidade, e muitos desses estudantes aderem a luta armada.

Nos anos que se seguem ocorre a crise do movimento estudantil com o seu posterior refluxo. As idéias de uma sociedade justa e livre permanecem só que agora submersas, tímidas, pelo fervor da repressão, a institucionalidade torna-se via de acesso, é a vitória da mídia e da sua alienação, é a vitória da violência como forma de opressão, é a vitória da descrença no homem. É a marginalidade.

Vem então os anos 90, a ditadura supostamente chegou ao fim, os ares são de "democracia" e de possíveis mudanças. O Movimento Estudantil retoma fôlego e novamente se engaja nas lutas sociais, mas já não há coragem de autonomia política, falta a crença na força do

estudante e o movimento é usurpado pelos partidos políticos institucionais e reformistas, lutando pelos aparatos de concentração de poder, aí estão os Conunes, as eleições dos DCE's para servirem de exemplo.

A idéia agora é se engajar na política institucional, no parlamento, para quem sabe a partir daí lutar pelos estudantes. O movimento estudantil hoje virou trampolim para Brasília, para o congresso nacional.

É preciso mudar esse quadro, é preciso olhar para as reais necessidades de luta dos estudantes, a educação cada vez mais prepara para o mercado e cada vez menos educa para a emancipação. A Autonomia Universitária, a LDB, as reformas no currículo estão aí, tentando corromper o ensino, torná-lo mais e mais alienante e menos feito para gerar opinião e crítica.

Como fazer então diante desta conjuntura? Os estudantes tem que retomar a própria luta, através da autogestão, propondo seus projetos, experimentando, tendo liberdade de discussão. Tornando entidades como CA's, DCE's e grêmios horizontalizados, praticando o federalismo, a democracia direta, buscando sempre a luta coletiva.

#### O SURGIMENTO DA ESCOLA:

A conformação da escola, estabelecimento de ensino como conhecemos hoje, remonta o contexto histórico da idade moderna, está profundamente ligado com as transformações daquela época. Por isso é interessante fazer-mos uma busca histórica, para remontarmos desde o surgimento, passando por todas as suas transformações durante os séculos que seguiram, até este momento, na atual conjuntura de neoliberalismo e globalização, para então podermos fazer uma análise crítica da instituição e instrumentalizar nossas propostas de mudança.

#### O CONTEXTO HISTÓRICO E A CRIAÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA

A idade moderna foi marcada por profundas mudanças, uma delas senão a principal foi de ordem econômica: o mercantilismo, o metalismo etc., de ordem política com o surgimento do Estado Nação, e principalmente de ordem cultural/ideológica, que será a mais importante para entendermos o surgimento do conceito de infância e posteriormente o da escola.

Ocorre uma cisão na igreja, marcada pela reforma protestante que instaura uma nova leitura sobre a bíblia, e que começa a ganhar espaço e adeptos em todo o mundo, de outro lado a igreja católica inicia sua contra reforma, que foi a reação imediata para barrar a expansão protestante. Assim começa entre essas duas igrejas (católica e protestante) uma luta encarniçada pela expansão e consolidação de suas áreas de influencia, disputando a hegemonia da fé em todo o mundo. Dessa forma a Europa inteira converte-se em missão dos dois grandes blocos religiosos em luta: católicos e protestantes. O fanatismo religioso é uma das chaves da modernidade. Neste marco parece 'natural', a partir de uma perspectiva atual, que os indivíduos de tenra idade convertam-se em um dos alvos privilegiados de assimilação as respectivas ortodoxia: os jovens de hoje são os futuros católicos e protestantes de amanhã, além disso, sua própria fragilidade biológica e seu incipiente processo de socialização, fazem-nos especialmente aptos para serem objeto de inculcação e de moralização. De maneira que a criação da escola foi a estratégia encontrada para incrustar os dogmas de determinada igreja, para a consolidação da sua influência nos jovens, de modo que a educação não poderia mais ser feita através da

convivência dos jovens com os adultos, pela socialização direta de conhecimento que acontecia, seja trabalhando juntos na oficina, seja confraternizando nos bares, mas sim que esta convivência desse lugar para a educação que deveria ser feita em espaços especiais e por pessoas "preparadas" para educar. Assim lentamente foi se conformando a idéia que apenas a escola poderia educar as crianças e que elas precisavam ser preparadas para encarar a vida como fiéis e submissos aos dogmas da igreja.

Porém, para isso, as igrejas tiveram que agir ativamente influenciando na criação do conceito de infância: como etapa do desenvolvimento humano em que a criança deveria ser preparada para a vida, que deveriam receber uma educação diferente dos adultos. E só com a consolidação deste conceito é que os espaços destinados a educação ganharam legitimidade tanto para a nobreza quanto para as classes populares, porém o que não configurava que a educação para ambos fosse igual, pois a constituição da infância de qualidade forma parte de um programa político de dominação, já que é evidente que entre os elementos constitutivos desta infância figuram também, e ocupando um lugar importante, os dispositivos de asseguramento de determinadas classes assim como sua preparação para mandar. A infância 'rica' vai ser certamente governada, mas sua submissão a autoridade pedagógica e aos regulamentos constitui um passo para assumir 'melhor', mais tarde, funções de governo. A infância dos pobres, pelo contrário, não receberá tantas atenções, sendo os hospitais, os hospícios e outros espaços de correção, os primeiros centros-pilotos destinados a modela-la. Assim podemos perceber que a escola já surge como uma estratégia de expansão religiosa, de reprodução ideológica do sistema, que tem como objetivo conquistar e consolidar a submissão aos dogmas da igreja para isso agindo sobre os pequenos, os futuros fiéis.

## O SURGIMENTO DO ESPAÇO FECHADO E A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

O espaço fechado da escola se configura num enclausuramento, que separa os jovens do convívio e da melhor compreensão da realidade, de forma que seu conhecimento vai se resumir basicamente ao que o professor passar em sala de aula. Porém é importante notarmos que a educação para os "ricos" é diferente da dos pobres, por exemplo enquanto os primeiros aprendiam latim, retórica etc., as classes populares apenas aprendiam a submissão e aceitação de sua condição de exploração.

Assim as experiências empíricas também podem construir uma consciência mais crítica, além de construir a consciência de classe e por conseguinte de luta por reivindicações e rupturas, vão ser suprimidos, e substituídos por uma educação de submissão a igreja, as leis e a autoridade do Estado Nação, de forma que a educação passada para os alunos, não tem qualquer objetivo libertador, pelo contrário, tem o objetivo de adequar, de impor, a esses jovens, uma autoridade, um poder inquestionáveis. A partir de um certo período e, em todo o caso, de uma forma definitiva e imperativa a partir do fim do século XVII, uma mudança considerável alterou o estado das coisas. Podemos compreendê-la a partir de duas abordagens distintas. A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente através do contato com eles. A despeito de muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a

escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estende até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização". Então podemos nos questionar se o espaço da escola muitas vezes não contribui mais para a alienação do que o contrário, pois afasta a criança dos problemas de sua comunidade, da reflexão sobre sua realidade. Dessa maneira a escola se parece mais com uma quarentena onde as crianças mantêm-se ocupadas e isoladas do convívio com os problemas do cotidiano. Pois com respeito ao saber, o colégio converte-se num lugar no qual se ensina e se aprende um amontoado de banalidades desconcertadas da prática.

## A CONFORMAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS E A FORMAÇÃO DE UM CORPO DE ESPECIALISTAS

Com a consolidação dos Estados Nacionais e com o fortalecimento da burguesia, através do impulso da industrialização, a educação passa a interessar e a tornar-se uma necessidade para a adaptação as novas transformações do mundo. Com o advento da indústria vem a necessidade de mão de obra para o trabalho nesses estabelecimentos, para isso uma outra educação, não menos opressora, teve que se configurar para preparar essa mão de obra, assim como para incutir os valores burgueses nos indivíduos, tais como individualismo, competitividade, consumismo. Assim nasce a Escola Normal, onde é o Estado que tutela desta instituição, tratando, através de um corpo de especialistas, de adaptar e subjugar os homens e mulheres a nova (des)ordem: o capitalismo. Porém a educação não se configura a mesma para os ricos e pobres, os ricos, por exemplo, aprenderam administração, enquanto que os filhos das classes populares aprenderam apenas a "apertar parafusos". A especificidade das atividades de ensino em função da origem social dos alunos far-se-á patente no momento em que o Estado pretenda, de acordo com os interesses da burguesia, generalizar e impor uma formação para os filhos das classes populares. Os novos especialistas receberam agora uma formação controlada pelo Estado e administrada em instituições especiais, as Escolas Normais. O objetivo primordial é que desempenhem funções de acordo com a nova sociedade em vias de industrialização.

Em 1839 começa a funcionar a escola de Madri. No ano seguinte, uma Real Ordem estabelece sua extensão às capitais da província. Em 1843, Gil de Zárate elabora um regulamento uniforme para todas elas em cujo preâmbulo destaca a enorme importância do caráter educativo das disciplinas a que devem se submeter os professores. Disciplinas que os farão acatar a autoridade estabelecida, além de aprender, obedecendo, a 'manter enquanto professores, a subordinação e a regularidade entre seus discípulos'. Os aprendizes de professor sofrerão um processo intensivo de transformação e vigilância, de forma que sua vida privada se imole no altar de sua futura entrega e abnegação à vida pública. Este policiamento do magistério foi tão eficaz que não faltaram as depurações dos indóceis e dos sonhadores.

O Estado espera do professor que se integre numa política de controle dirigida as bases da nova configuração social através da imposição do castelhano como língua nacional, o emprego de técnicas para que os meninos aprendam os rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo, que os capacite para conhecer e cumprir os deveres de cidadão, e a propagação do novo sistema métrico decimal indispensável para a formação de um mercado nacional. A idéia de pátria e unidade política estará, por sua vez, cimentada no ensino de uma geografia e de uma história.



singulares. Este ensino rudimentar para gente rude e ignorante não tem por finalidade facilitar o acesso a *cultura*, senão inculcar os estereótipos e valores morais em oposição aberta as formas de vida das classes populares, e sobretudo, impor-lhes hábitos de limpeza, regularidade, compostura, obediência, diligência, respeito à autoridade, amor ao trabalho e espírito de poupança. O professor não possui tanto um saber mais técnicas de dominação, métodos para condicionar, e manter a ordem; não transmite tanto um conhecimento, mais uma moral adquirida em sua própria carne em sua passagem pela Escola Normal: daí esse caráter rotineiro, repetitivo e sem substância dos cursos escolares. Os professores menosprezarão a cultura das classes humildes, seus hábitos e costumes, desprezo reforçado e justificado pelos cursos da Escola Normal, e tentarão transmitir sua admiração pela cultura burguesa na qual não estão completamente integrados e na qual desejam infrutiferamente integrar-se.

### A ESCOLA NACIONAL E O CONTROLE SOCIAL

A institucionalização da escola obrigatória, que é a Escola Nacional se configura na terceira fase das modificações, que a escola vem sofrendo, desde a sua origem até os dias atuais e representa um dos instrumentos mais fortes de manutenção da dominação burguesa sobre a classes populares.

A Escola Nacional nasce em princípios dos século XX, e é uma parte de um programa político desenvolvido para resolver a questão social, a luta de classes, na qual a educação ocupa um papel primordial. Os governos usam o discurso de que "o operário é pobre e é forçoso socorrê-lo e ajudá-lo; o operário é ignorante e faz-se urgência instruí-lo e educá-lo; o operário tem instintos avessos, e não há outro recurso senão moralizá-lo, se queremos que as sociedades e os Estados tenham paz e harmonia, saúde e prosperidade". Para entendermos esse processo temos que entender o contexto histórico de integração da classe trabalhadora e as novas estratégias da burguesia para tentar apagar a luta de classes e criar a ilusão da integração em nome da pátria, assim percebemos a ação de Filantropos, higienistas, reformadores sociais, educadores além de campanhas assistencialistas para ajudar "desinteressadamente" os operários, isso se faz para controlar a classe trabalhadora e manter a dominação não apenas pela força, mas pelo conjunto dessas ações e mais a quarentena escolar. Todas essas medidas tem por objetivo tutelar os trabalhadores, moralizá-lo, convertê-lo em "produtor honrado", para neutralizar e impedir que a luta social transborde, deixando em perigo a estabilidade política, Para isso o menino trabalhador é o alvo ideal para a construção desse estereotipo de trabalhador "manso", sem consciência de classe e impregnado dos valores burgueses.

Assim a educação do menino trabalhador não tem, pois, como o objetivo principal ensiná-lo a mandar, senão a obedecer, não pretende fazer dele um homem instruído e culto, senão inculcar-lhe a virtude da obediência e a submissão à autoridade e à *cultura legítima*. Mas além disso, e como no século XIX as intenções ocultam-se menos que no presente, pode-se ler com frequência que custam menos as escolas do que as rebeliões.

Dessa forma estão bem explícitos e explicados os benefícios que essas instituições educativas trazem à classe dominante. Para percebermos de forma mais clara ainda a importância desse

instrumento de dominação, e o quanto ela tem que ser questionada, trataremos da construção da Escola Nacional no Brasil para sabermos em que circunstância ela se deu.

A obrigatoriedade da escola em todo território nacional tutelada pelo estado; a escola pública, surgiu no Brasil no primeiro governo de Getúlio Vargas, em que o contexto brasileiro era marcado por uma série de conflitos, manifestações e greves dos operários, que naquele momento eram predominantemente de ideologia libertária, era o tempo do anarco-sindicalismo. De maneira que essa medida do governo foi mais uma arma usada contra os trabalhadores, pois quando ainda não existia escolas públicas quem cuidava da educação dos filhos das classes trabalhadoras eram os próprios trabalhadores, através de suas escolas auto-gestionadas que funcionavam no próprio sindicato, e que tinham uma pedagogia libertária, além do que essas escolas trabalhavam para a formação de consciência de classe, ou seja, o menino trabalhador tinha uma ligação prática entre o que ele estava estudando e o que ele estava vivendo, e, sobretudo, essas escolas trabalhavam com os valores de solidariedade, fraternidade, elas buscavam a cultura popular, os consumes, valorizando-os, e principalmente, nessas escolas não construíam-se cidadãos para servirem o Estado, mas sim, seres pensantes, subversivos, agentes perigosos que poderiam colocar em xeque a exploração. Assim podemos perceber o quanto a escola é importante para o controle social e para a conservação do poder da classe dominante. De maneira que se configura numa estratégia mundial da burguesia, agir no sentido de impedir a realização de programas de auto instrução operária que atacam a divisão e a organização capitalista do trabalho ao exigir uma formação polivalente e uma instrução unida ao trabalho e ministrada pelos próprios trabalhadores com uma projeção política destinada à sua emancipação. Por fim, neste espaço de domesticação (a escola institucional), uma massa de crianças vai estar sujeita a autoridade de quem rege, durante uma parte importante de suas vidas, seus pensamentos palavras e obras. O professor do mesmo modo que outros técnicos de multidões, ver-se-á obrigado, para governar, a romper os laços de companheirismo, amizade e solidariedade entre seus subordinados, inculcando a delação, a competitividade, as odiosas comparações, a rivalidades de nota, a separação entre bons e maus alunos. Deste modo, a classe converte-se em uma pequena república platônica na qual a minoria absoluta do sábio impõe-se sobre a maioria inútil dos que são incapazes de regerem-se a si mesmo. Esta maioria silenciosa e segmentada deverá reproduzir o modelo da sociedade burguesa composta pela soma dos indivíduos. Aos métodos de individualização característicos das instituições fechadas (quartéis, fábricas, hospitais, cárceres e manicômios) e que constituem a melhor arma de dissuasão contra qualquer tentativa de contestação dos que suportam o peso do poder.

## **PLATAFORMA DO SETOR DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS**

As lutas gerais e a mudança do sistema educacional

Exigimos que a secretaria da educação e ministério da educação abram o debate amplo e democrático sobre o futuro do sistema de ensino ouvindo e aceitando as opiniões e propostas da comunidade antes de tomar qualquer decisão garantindo a participação popular neste processo.

Que a UBES encabece a luta pela estatização das empresas privadas que foram entregues pelo governo federal para o grande capital estrangeiro vinculando-as ao poder público e popular.

Por mais verbas para a educação, combate as taxas cobradas nas escolas e universidades públicas brasileiras contrapondo-se a exploração dos estudantes nas pagas reafirmando o combate a mercantilização do ensino e defendendo o ensino público gratuito e com qualidade social.

Que a UBES realize uma campanha nacional para que estudantes, professores e a sociedade civil organizada avalie o ministério da educação e a política do governo para com o ensino.

Apoio e solidariedade classista e militante a luta nobre dos trabalhadores rurais sem terra, sem teto construindo um país digno e livre da opressão do sistema capitalista de exploração e exclusão social.

Garantir os direitos conquistados pela classe trabalhadora, fortalecer a luta contra o plano nefasto de FHC, pelo fim do FMI e do Banco Mundial.

Pelo fim do vestibular e livre ingresso nas universidades, que a UBES abra o debate pelo fim dos vestibulares, e pela democratização do acesso ao ensino superior iniciando um processo de discussão com a ANDES e entidades estudantis secundarias para a elaboração de uma proposta alternativa.

A mudança de curso no magistério, propomos:

A manutenção e revitalização do curso de magistério, considerando que não houve participação da comunidade no processo de mudança do mesmo, e tendo em vista a necessidade para a formação dos professores leigos ainda existentes além de levarmos em conta a importante função social que eles desempenham ao preparar nossos jovens para o exercício profissional imediato, que a secretaria de educação em conjunto com os alunos e professores organizem um processo de discussão e consulta com a comunidade para saber se a mesma deseja manutenção ou substituição do curso de magistério no ano 2000, definindo qual o curso que deveria vir em seu lugar.

Na aplicação da LDB, exigimos:

A imediata abertura de discussão sobre a empregabilidade da mesma rompendo com as estruturas autoritárias e garantindo a participação da comunidade estudantil.

Que a UBES junto as secretarias de educação e o MEC garantam o processo de qualificação e formação dos profissionais em educação:

Queremos que a UBE garanta a funcionamento efetivo dos conselhos estaduais de educação, como espaço democrático e participativo e como organismo adequado para a definição das políticas educacionais;

Imediata definição do plano estadual de educação, garantindo a ampla participação da sociedade civil organizada neste processo.

## **OS RECURSOS FÍSICOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Que a UBES lute pela imediata construção de novas escolas;

Que a UBES encampe uma campanha de reformas das escolas existentes que se encontram em péssimo estado de uso e conservação;

É necessário que a UBES desenvolva uma campanha de criação de creches públicas e gratuitas para os filhos dos trabalhadores;

Pela fiscalização e prestação de contas imediatas dos recursos financeiros das escolas feitas pelos Conselhos Escolares e Grêmios estudantis.

### **OS RECURSOS PEDAGÓGICOS E DISCIPLINARES PARA MELHORIA DO ENSINO, EXIGIMOS:**

Que a UBES cobre da SEDUC/MEC a implantação imediata em todas as escolas do projeto de curso de computação, com a criação de um laboratório de informática para atender os estudantes do ensino fundamental e médio;

Conserto, substituição e aquisição imediata de vídeo, televisão e fitas que contem a história de nosso povo em luta (Cabanagem, Canudos...) para que possa ser utilizada pelos professores e estudantes como recurso didático da aprendizagem;

Que a UBES organize a campanha de ampliação e estruturação de bibliotecas nas escolas públicas junto ao MEC, com serviço de consulta em todos os turnos, com amplo acervo de livros didáticos e para didáticos atuais, enciclopédias...

Exigimos, também, a aquisição de copiadoras para as escolas públicas evitando a cobrança de taxas para a aquisição de apostilas, provas etc.;

Queremos imediatamente a aquisição de materiais esportivos como bolas de todos os esporte, entre outros materiais para garantir o pleno funcionamento da educação física nas escolas públicas brasileiras;

Inclusão na grade curricular do ensino fundamental e médio das disciplinas de Filosofia, sociologia, ecologia, educação sexual, que abrange a sexualidade a partir da 5ª série do ensino fundamental do ensino médio em todas as áreas.

Exigimos também que a UBES encampe a luta pela aquisição de ônibus escolares para estudantes do interior e da capital de todos os Estados brasileiros;

### **OS DIREITOS DEMOCRÁTICOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, EXIGIMOS:**

O respeito ao direito legítimo e legal dos estudantes, professores, funcionários e pais de se organizarem livremente no interior das escolas, de acordo com o que prevê a nossa constituição federal no sentido de defenderem seus interesses e pontos de vista, seja através de grêmios estudantis, sindicatos, de associação de pais e conselhos escolares;

Queremos a imediata reorganização dos Conselhos Escolares nas escolas onde não foram ainda implantadas para garantir a participação democrática de toda a comunidade na gestão das escolas e na fiscalização dos recursos financeiros, bem como, realizar eleições diretas para diretores de forma paritária realizada de acordo com as especificidade.

*Da minha aldeia vejo o quanto da terra se pode ver do universo...*

*Por isso minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer*

*Porque sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura (Fernando Pessoa)*

**Bandeiras de Luta Secundarista:**

**Por professores concursados;**

Laboratório de ciências que supram a necessidade do currículo;

85% das vagas das universidades públicas para estudantes com renda familiar até 6 salários mínimos;

Merenda de boa qualidade e contendo nutrientes variados, para todos os estudantes de todas as séries de todos os turnos;

Voto paritário nas decisões da escola e universal para escolha da diretoria;

Atendimento médico a todos os estudantes e corpo de funcionários uma vez por mês;

Laboratório de computação em todas as escolas públicas, com acesso público a Internet;

Videoteca na escola com acesso a todo e qualquer estudante;

Atualização permanente das bibliotecas;

Mais verbas para os livros paradidáticos, os livros didáticos devem ser escolhidos em Conselho Escolar;

Pelo fim dos patrões (donos de escolas e empresários) nos conselhos de ensino;

Pelo fim da propaganda governamental sobre educação. Que o dinheiro que seria gasto em propaganda seja investido no ensino público;

Fim das parcerias de escolas públicas com empresas privadas;

Delegados de ensino que sejam escolhidos em Conselhos Escolares;

\*Pelo fim do provão, por uma avaliação feita pelo conjunto de estudantes, técnicos, professores, centros comunitários, e comunidade em geral;

Por uma LDB construída por um conselho popular de educação onde estejam representados paritariamente trabalhadores em educação, estudantes e comunidade, sem intervenção do governo;

Por uma escola pública democratizada, sob gestão direta e soberana dos Conselhos Escolares, com representação paritárias dos segmentos que a compõe. Contra qualquer intervenção de órgãos do governo em sua gestão;

Contra a reforma da escola técnica, pela regulamentação do estágio remunerado, e atualização imediatas dos materiais e equipamentos necessários a uma formação técnica integral;

Por uma pedagogia libertária que leve em conta os conhecimentos prévios dos alunos e que discuta a realidade deles, tentando desvelar e construindo junto com os alunos um conhecimento mais crítico e profundo a cerca de nossa realidade, bem como resgatando a cultura amazônica;

Pela formação de grêmios livres, que os alunos se auto-organizem e tenham autonomia para a ação sem a intervenção da direção da escola;

## UM HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE:

Como praticar as idéias do cristianismo numa Europa racional, filosófica, politeísta, numa Europa filha das reflexões gregas e romanas?

Esta foi a questão com que se deparou Sto. Agostinho, teólogo africano (da Numídia), bispo da Igreja Católica que viveu no século IV d.C e foi o primeiro grande ideólogo do cristianismo. Ele se impôs a tarefa monumental de encaixar duas visões de mundo virtualmente opostas: a visão greco-romana da racionalidade e a visão judaico-cristã do misticismo. Isso tudo

porque, recém-convertido, Sto. Agostinho enxergava e compreendia as barreiras existentes para a reprodução social do ideário cristão na Europa.

Assim ele idealizou a UNIVERSIDADE, baseado nas concepções pedagógicas de Platão, que havia criado a Academia na Grécia Antiga: o lugar de encontro entre a perfeição e a imperfeição. Para Platão havia o mundo das idéias, perfeito, e o mundo da forma, imperfeito. Na Academia se encontravam essas duas faces do humano. É justamente onde também se encontraram a razão e o cristianismo, porque Deus é uma idéia, é perfeito, e o homem racional, da tradição européia, é o imperfeito que com Ele se encontrará na Universidade.

E na universidade, para Sto. Agostinho, como para Platão, o homem, este ser imperfeito, se entregaria ao debate das idéias, e da perfeição que eram Deus e a Razão.

Pronto! O bispo tinha achado a jogada conceitual para reproduzir e perpetuar o cristianismo no mundo ocidental. Cria-se a primeira universidade, em Bolonha, provavelmente no ano de 387, e a partir desta, a instituição vai funcionar ao longo dos séculos sempre como espaço de reprodução das concepções cristãs.

Na passagem do feudalismo para o capitalismo, a instituição universidade continua funcionando como mecanismo de reprodução, mas Deus está sendo questionado, e o homem foi finalmente reconhecido como um perfeito criador. Estamos no século XVI, do Iluminismo, da expansão marítima ocidental, da acumulação de capitais, da ética protestante e do empirismo de Galileu a Descartes.

A universidade, antes espaço privilegiado da razão analítica, se biparte em duas razões. De um lado ficam as tradicionais ciências da análise, da crítica: as ciências humanas e sociais. De outro, as ciências do empirismo, da prática: as ciências exatas e naturais. Essa nova razão cria a técnica e a tecnologia, as condições que atendem as necessidades da indústria capitalista nascente.

As ciências humanas se desenvolvem sobretudo na França, enquanto que a Inglaterra privilegia o desenvolvimento da tecnologia e da experimentação. Só com Napoleão Bonaparte é que a universidade francesa, em desvantagem no cenário econômico-político mundial, passa a construir um conhecimento técnico também. Napoleão se utiliza das duas ciências e cria as bases da Universidade do Século XX.

O modelo napoleônico é que se instala no Brasil com a criação das primeiras instituições de ensino superior, no século XIX, por D. Pedro I. Os primeiros cursos instalados vão expressar esse utilitarismo: Direito, Medicina e Engenharia, que vão aparelhar intelectualmente o nascente estado brasileiro.

Essa história comprova a função primordial da instituição universidade: a reprodução dos valores dominantes. E é assim que ela se mantém no Brasil e no mundo: como estrutura hierárquica de dominação e perpetuação dos valores capitalistas.

Como o Brasil jamais foi outra coisa além de colônia, os mecanismos de seleção são os mais cruéis possíveis. Aqui se inventou a tragédia do vestibular, a enganação do Provão, os programas de treinamento para mercantilização do intelectual, e as duras provas das bolsas acadêmicas. Não há um modelo certo a ser seguido. Ora uma proposta estadunidense se afirma, depois uma estrutura francesa e acolá uma experiência inglesa é aplicada. Tudo de acordo com os interesses das oligarquias de plantão.



Dentro da universidade, o cotidiano se espelha na vida bandida das grandes cidades e do mercado. É mais ou menos uma reprodução do sistema em que estamos inseridos, uma espécie de microcosmo do resto. E assim apresenta mais ou menos as mesmas características de cunho totalitário. É fácil perceber a estrutura autoritária, traduzida na postura ditatorial das reitorias, dos professores na sala de aula, das provas e exames, dos Movimentos de Estudantes, professores e funcionários, e tudo aquilo que caracteriza sua função institucional, na medida em que não só as funções administrativas como as decisões em todos os níveis, vêm sempre de cima para baixo. Do poder central (MEC/Governo Federal) ao reitor, e assim decrescentemente, não se permitindo qualquer contestação.

A universidade não é nada mais que uma central de controle ideológico, seguindo é claro, os mandamentos políticos do sistema a que pertence. É uma arena murada onde são jogados os filhos da pequena burguesia para se digladiarem. Até mesmo no Movimento Estudantil, perpetuando a grande pantomina do Estado, onde os meninos brincam de "Poder" enquanto se dilaceram na luta pelos cargos oferecidos.

O que precisa ser esclarecido é que o espaço universitário pode ser um lugar de disputa de conhecimento, e não somente de disputa do controle das entidades estudantis, ou do poder na administração superior. Isso se partirmos do pressuposto de que o conhecimento não é uno ou neutro, pelo contrário, e a prova disso é o significado que a educação assume nas escolas em tempos de neoliberalismo. A utilidade que o conhecimento tem no mundo tecnocrata do capitalismo, deve ser trabalhada, refletida, com o intuito de assumirmos as outras utilidades que o conhecimento tem para a humanidade.

Para encarmos as infinitas possibilidades de conhecer, é necessário entendermos quais são os desejos que transitam dentro e fora da academia em relação ao conhecimento. Primeira pergunta: afinal, o que esperam os estudantes da universidade.

Numa rápida olhada pelas expectativas estudantis o que se pressente é resumível em uma frase: "eu entro na universidade para ter o canudo e entrar o mais depressa possível no mercado de trabalho". Mas essa perspectiva generalizante pode deixar passar alguns anseios que existem e são sistematicamente ignorados pelo *status quo* da educação no país. Outras frases são reconhecíveis nos corredores e nas salas de aula, por exemplo: "eu tenho curiosidade de aprender formas alternativas de exercer minha profissão". Ou então: "eu preciso me formar para agir na vida aí fora, porque o mundo está precisando de gente bem formada". E ainda: "o canudo não significa muito, mas aqui eu tenho acesso a um grande universo de pensamentos e experiências".

A diversidade de opiniões é o fundamento, inclusive etimológico, da palavra universidade. Mas quando se trata de universidade pública, existe um princípio, tão fundamental quanto esquecido, que deveria no mínimo ser levado em conta por cada uma das pessoas que constroem a academia. É o seguinte: todos os conhecimentos que podem acessar, todas as toneladas de papel que se gasta na confecção de diplomas, todos os livros que utilizamos, a estrutura física de cada uma das universidades: tudo isso é patrimônio dos trabalhadores brasileiros.

É essa a segunda pergunta: afinal, o que esperam os trabalhadores brasileiros da universidade? Isso também não é muito difícil de perceber. Quem espia os campi pela janela do coletivo lotado, quem ouve com grande alegria a notícia de que o filho do vizinho conseguiu

passar no vestibular, quem sabe a distância que separa a academia da vida dura, espera só uma coisa: que a universidade seja útil! Não útil para as indústrias, ou para os monopólios de comunicação, ou para os donos de escolas, mas útil para melhorar, com sua produção de conhecimento, a vida da população.

E ainda, uma terceira questão se coloca: quem pode elaborar uma proposta de utilidade diferente de utilitarismo para a universidade brasileira? Somos nós, todos que vivemos o cotidiano universitário, que estudamos, que damos aula, trabalhamos dentro da universidade. Nós é que podemos mudar esse castelo improdutivo para a reflexão e para a mudança. Certamente um projeto de universidade não será bom enquanto for imposto pelo BID, pelo FMI, pelo MEC, pelo magnífico reitor e seu séquito ou pelos dirigentes dos movimentos sem movimentação.

O autoritarismo constitui-se como forma de reprimir os estudantes, professores e servidores, sufocando suas críticas pela possibilidade de questionarem a proposta político-pedagógica, a estrutura organizacional das universidades, o clientelismo e as "panelinhas", que, como práticas de cooptação da comunidade, tornam-se corriqueiras pelos corredores das academias.

Estas problemáticas nos levam a questionar profundamente o caráter, o objetivo e o papel das instituições de ensino superior, pois além de lutarmos contra a privatização das universidades, devemos repensar a sua estrutura administrativa, no sentido de descentralizá-la e buscar formas federativas de organização, proporcionando a democratização e a consequente participação de todo o conjunto da comunidade nas decisões que a afetam.

A Academia gradativamente afasta-se da realidade, por se intitular uma suposta elite da sociedade, dando a entender que os problemas da vida em comunidade terminam ao começarem os muros da universidade, dentro dos quais esta academia parece ter corpo e vida própria. Parece cada vez mais um castelo cheio de mestres e doutores em que se respeitam os títulos e as honorarias, em detrimento da busca do conhecimento e do saber, que passa evidentemente por uma busca pela humildade. Temos cada vez mais doutores sabidos e menos sábios.

Para manter esse isolamento acaba-se construindo uma falsa dicotomia entre o acadêmico-científico e o político-social. O que é acadêmico jamais se encontra ou tangência o que é político, num dualismo simplório e burro, que enfraquece as possibilidades de crescimento do saber acadêmico e sua utilidade para o social. Ora, quem sustenta a comunidade acadêmica, através de impostos pagos com muito suor, é a maioria dos excluídos pelo grande funil do neoliberalismo, e é para essas pessoas que devemos produzir e socializar o conhecimento.

Devemos enfrentar este debate e colocar bem claro que a academia e a política não se excluem, pelo contrário, se interligam, assim como a universidade e a comunidade, proporcionando uma troca que é na verdade a resposta que devemos, a tantos séculos, ao indivíduos aí de fora, que só são enxergados de esquelha, por cima dos muros, que moram na favela mais próxima, que parecem tão distantes, mas mensalmente, cotidianamente, pagam cada vez mais caro pelo "castelinho" chamado universidade.

## PROGRAMA MÁXIMO PARA LUTA UNIVERSITÁRIA: UNIVERSIDADE POPULAR:

### PÚBLICA:

A universidade pública e popular pertence ao povo trabalhador, ou seja, esta serve aos seus interesses, atende os seus anseios e necessidades, através, não só do seu livre acesso e usufruto dos equipamentos e espaço físico da universidade, mas também construindo a gestão junto com a comunidade acadêmica, discutindo e avaliando permanentemente qual o papel da universidade, e interagindo efetivamente na produção científica, de modo que esta esteja preocupada em instrumentalizar o povo trabalhador para sua luta contra a exploração da classe opressora, conscientização e impulsionando sua organização, através de uma educação libertadora e de projetos de pesquisa comprometidos com a libertação popular.

### GRATUÍTA:

A universidade gratuita e popular é sustentada pelas verbas públicas tiradas dos impostos que o Estado impõe ao povo trabalhador, e tem total autonomia organizativa, política, financeira, pedagógica, e é comprometida com o bem estar do povo trabalhador. De forma que negamos qualquer tipo de convênios, parcerias, terceirização, etc... com agentes do capitalismo como: empresas privadas, estatais, autarquias, órgãos governamentais, transacionais, organismos do sistema financeiro internacional, forças armadas e polícia. Assim a universidade popular, através do uso do dinheiro das verbas públicas, garante a gratuidade da xerox, alimentação, emissão de currículos, certificados, mini-cursos, etc... Além de rechaçar qualquer órgão do capitalismo na universidade, ou seja, fora! Aos bancos particulares, a terceirização da xerox, ou qualquer outro serviço terceirizado. Que as verbas públicas supram gratuitamente todos esses serviços.

### DE QUALIDADE:

A universidade de qualidade é uma característica da universidade popular, que caracteriza não só a estrutura física, as bibliotecas, livros, materiais de laboratório, videotecas etc.. Mas principalmente ao realizar sua função primordial que é de promover o bem estar do povo trabalhador, coisa que não acontece hoje, pois a produção científica universitária está subordinada aos ditames das empresas privadas do capitalismo transacional, que determinam o que deve ser pesquisado ou não, usando a universidade para ter mais lucro as custas de mais exploração do povo trabalhador, causando ainda, um desemprego maciço, pelo aprimoramento da tecnologia e uso de forma a conservar a opressão sobre os trabalhadores.

Por isso a universidade popular tem a preocupação fundamental: de aplicar uma pedagogia libertária, que eleve a consciência do povo trabalhador, para que este questione a realidade e aja transformando-a, no sentido de torna-la humanizada e fraterna, através do embate direto contra os opressores: de desenvolver pesquisas que atendam as necessidades do povo, tais como moradia, alimentação, remédios, etc.. alternativos e mais baratos, bem como pesquisas em todas as áreas de forma a instrumentalizar o povo trabalhador para a contestação de sua exploração: de extinguir os centros de excelências, que são a representação da ideologia burguesa, com toda

sua hierarquia e opressão, mostrando todo o descaso com as outras áreas do conhecimento que são menos "úteis" aos capitalistas; de trabalhar nas salas de aulas o aprendizado que tenha garantida sua qualidade, numa relação igualitária entre todos os envolvidos no processo de aprendizagem, para isso, o conhecimento deve ser construído conjunta e criticamente de forma a questionar todos os valores burgueses, cultivando o respeito e a solidariedade mutua e a unificação e organização na luta pela liberdade.

#### DEMOCRÁTICA:

A universidade popular e democrática é gerida pela comunidade, estudantes, funcionários e professores com igual poder de decisão, sem a intervenção do Estado, e onde o reitor participa como mais um na tomada das decisões e rumos que a universidade deve seguir. Nela a organização é federativa (acrescentar projeto de organização), primando pelos fóruns de debate entre a comunidade universitária e as comunidades. Além disso os serviços devem ser democratizados, com direitos iguais para todos que nela trabalham ou estudam, sem benefícios maiores para uma determinada casta dentro da universidade.

#### INSTRUMENTO DA CLASSE TRABALHADORA:

A universidade popular é um instrumento da classe trabalhadora, pois o povo trabalhador está dentro da universidade, gerindo-a, utilizando seu espaço físico, seus materiais. Os trabalhadores devem ter a universidade popular como uma arma poderosa para a destruição da ideologia burguesa, um dos pilares de dominação sobre o povo, mais ainda a universidade popular deve ser um espaço sempre aberto para o debate, para a contestação, e para a ação direta do povo trabalhador contra a opressão protagonizada pela classe dominante. Assim a universidade popular deve produzir em conjunto com os trabalhadores o conhecimento que atenda as necessidades de libertação dos mesmos, de modo a instrumentaliza-los para o embate direto contra a classe dominante, impulsionando a organização revolucionária dos trabalhadores, caminhando para a expropriação do latifúndio, dos meios de produção, em fim, para a destruição do capitalismo e construção de uma sociedade justa e igualitária.

Programa Mínimo Para Luta Universitária:

#### Bandeiras de Luta:

Extensão social obrigatória: (curricular) para todos os cursos e habilitações. O projeto de extensão deve estar sob o controle das entidades de estudantes (Cas, DCE), professores e funcionários (sindicatos) envolvidos no projeto, e dos moradores da comunidade onde está sendo desenvolvida a extensão (associação de moradores, centros comunitários, etc..) sem a intervenção da reitoria. O projeto deve ser multidisciplinar, para envolver o máximo possível de cursos.

Cursos noturnos: para todos os cursos e habilitações, para que o trabalhador tenha realmente opção, e também para tornar menos elitizadas todas as áreas do conhecimento e colocá-la a serviço da classe trabalhadora, garantindo sua autonomia e soberania, podendo assim ser criada uma cultura e uma tecnologia revolucionárias.

Implementação de um curso pré-vestibulares para trabalhadores: que seja auto-gerido pela entidades de base dos estudantes e pelos alunos do curso, podendo funcionar na sede do DCE da universidade ou em outros espaço na universidade que apresentarem condições para esta atividade. Implementando uma pedagogia libertária, que gere consciência crítica e revolucionária, em estudantes e trabalhadores.

Implementar curso de alfabetização: devido ao grande índice de alfabetização presente na região amazônica, a universidade utilizará suas dependências ou/e implantará, via centro comunitário, cursos de alfabetização de adultos, que deverá ser gerido pela entidade de base dos estudantes junto com os alunos, utilizando uma pedagogia libertária, que discuta a realidade do alfabetizando junto com ele, para a conformação de uma consciência crítica e revolucionária. Garantir as vagas na universidade de acordo com as condições de renda: de forma que 85% das vagas para estudantes com renda familiar até 6 salários mínimos. Acima disso concorre no vestibular aos 15% restantes. Assim, garante-se a entrada da classe trabalhadora na universidade, num processo de deselitização.

Pesquisa multidisciplinar e comprometida com os trabalhadores e pesquisa com experimentação científica: Contra o argumento de que a pesquisa tem que ser "neutra", porque sabemos que a neutralidade não existe, Ou se está do lado da burguesia ou se está ao lado dos trabalhadores. Por exemplo, quando se pesquisa o fígado da larva do peixe enquanto os pescadores continuam morrendo de fome, essa pesquisa não é neutra, ela esta servindo a burguesia. Contra a "pesquisa aplicada", ou seja, uma empresa multinacional exige que se pesquise determinada coisa para servir ao mercado, e financia essa pesquisa. Pelo fim da pesquisa militarizada, que só vem instrumentalizar as forças armadas e o governo com armas e outros recursos que servirão para reprimir o povo.

Contra o capital privado dentro das universidades públicas: Pelo fim das terceirizações e convênios com empresas privadas. Pela real autonomia de gestão, onde estejam envolvidos os três setores da comunidade universitária (professores, técnicos e estudantes) e as comunidades onde a universidade desenvolve projetos de extensão. Universidade completamente subsidiada pelo MEC. Não a PEC-370, ao projeto de organizações sociais arquitetado pelo MARE, contra as medidas as medidas que visam dar respaldo para a privatização da educação.

Pelo fim da SESU: A SESU é um órgão do MEC criado na época da ditadura militar que agregava "civis de confiança", ou seja, caguetes, dedos duros. Hoje em dia não é muito diferente. O SESU está para o MEC como o SNI (Serviço Nacional de Informações) estava para a repressão política. Reivindicamos um *Conselho Nacional de Ensino Superior*, formado por delegados das entidades de base envolvidas na universidade.

Por um conselho universitário (CONSUN) de estrutura federalista. Não ao 70:15:15.: Reivindicamos uma nova estrutura para o CONSUM, onde tenha delegados por seguimento (técnicos, estudantes, professores e comunidades onde a universidade desenvolve projetos de extensão), de modo que cada assembléia de cada setor define como sistematizar esses delegados. O número de delegados é proporcional ao número dos presentes na assembléia. A proporção pode ser sistematizada num segundo momento desta proposta.



Não ao currículo único: cada região tem sua especificidade, e cabe a universidade pública inserida nela respeitar essas especificidades. As universidades públicas devem ter autonomia de construir, junto aos estudantes, as diretrizes curriculares.

Pelo desenvolvimento de uma pedagogia anti-autoritária: em sala de aula que estimule a cooperação e não o individualismo. Não a pedagogia de mercado. Por avaliações coletivas e cotidianas, por mais trabalhos em grupo do que provas individuais. Que se vivencie sempre a teoria na realidade, visando uma ação social mais concreta.

Não ao provão: avaliação quem faz é o povo, que sustenta a universidade. Discutir uma melhor forma de avaliação, que envolva setores populares (categorias, comunidade onde a universidade faz projetos de extensão, etc..).

Pela criação de uma rádio universitária: que deve ser gerida pelos próprios estudantes, criando, assim um espaço democrático para a discussão, bem como servindo para uma maior mobilização e informação dos estudantes a cerca de todos os assuntos que lhes dizem respeito.

Casa do estudante administrada pelos próprios moradores: em uma assembléia geral, faz-se a planificação financeira para o mês e traça-se alguns princípios básicos a serem seguidos pelos moradores, e perspectivas de atividades e gastos para o ano. Depois, escolhe-se um delegado por andar, que vai receber uma bolsa para administrar a casa. Haverá uma assembléia por andar a cada 15 dias, e uma assembléia geral por mês, instâncias deliberativas que cabe aos administradores acatarem as decisões e executarem suas tarefas. A assembléia geral pode destituir qualquer delegado de seu cargo executivo, se ele não estiver cumprindo seu papel.

Que as universidades tenham creches para filhos (de 0 a 7 anos) de professores estudantes e funcionários da universidade: Com uma pedagogia não autoritária, e que os estudantes (de artes, educação física, pedagogia, psicologia, etc..) façam atividades em um projeto multidisciplinar. E também áreas de recreação infantil, para crianças de 7 a 12 anos, nos três turnos.

Abertura imediata: de concursos públicos para professores e técnicos administrativos.

Volta dos CPC's: (Centro Popular de Cultura): instrumento de inserção social dos estudantes nos anos 60, onde os estudantes de vários cursos promoviam diversas atividades culturais em vilas, favelas, sindicatos, asilos carentes, creches carentes, escolas de 2º-graus públicas, buscando sempre resgatar a cultura popular com um caráter politizado, de denúncia e conscientização de uma forma lúdica.

Pela construção de núcleos de apoio: às lutas dos movimentos sociais, trabalhando na sua especificidade, por exemplo núcleo de apoio a reforma agrária, núcleo de apoio ao movimento dos sem teto, etc... a partir desses núcleos a universidade instrumentaliza esses movimentos de forma mais organizada e concisa, trazendo também a discussão sobre moradia, reforma agrária etc.. para dentro da universidade, desta maneira a universidade interage com os movimentos sociais no sentido de unificar as lutas.

Pela construção dos CRT (Conselhos de representantes de turma): esta é a forma federativa dos CA's, DA's se organizarem de maneira mais democrática e participativa na gestão de sua entidade de base, através dos CDR's a discussão e as decisões de sua entidade são trazidas para dentro da sala de aula, onde o representante só vai levar as decisões de sua classe para a reunião, e o CA/ DA passa a ter apenas o caráter executivo. Com isso a entidade vem mais pra

próximo dos estudantes e esses podem deliberar, de forma mais concisa sobre as ações de sua entidade.

Pela UNE histórica, combativa e classista: -por uma UNE e um ME com estrutura federalista em todas as suas instâncias de decisão, e por um ME universitário de corte classista e combativo. Vamos revolucionar o cotidiano e cotidianizar a revolução! A

## FRENTE COMUNITÁRIA

### PROGRAMA GERAL

Os movimentos populares de bairro tem sua semente na emergência de necessidades básicas da dignidade humana, como moradia, transporte, educação, saúde, saneamento, principalmente a partir dos anos 70 do século XX.

Foi quando emergiram também, com mais força, novas roupagens da exploração capitalista, sob os nomes pomposos de globalização, neoliberalismo e transnacionalismo.

Estes conceitos forjados pelas classes dominantes a partir da Segunda Guerra Mundial embutem velhas contradições do sistema capitalista, mas acirram novos problemas e desmascaram até mesmo as práticas da esquerda tradicional, incapazes de responder às novas formas de dominação.

Os movimentos de bairro conformam uma nova frente de luta das classes dominadas, caracterizada principalmente pela heterogeneidade de interesses políticos e ideológicos e, ao mesmo tempo, pela possibilidade de conscientização e de autogestão das lutas — a ingerência de partidos políticos é mais difícil tanto quanto as organizações classistas são favorecidas nesse terreno.

O primeiro germe do movimento popular de bairro é a questão da moradia, agravada nas duas últimas décadas pelo avanço da especulação imobiliária e pela dificuldade de solução dos problemas fundiários no terceiro mundo. Um problema comum das classes oprimidas que rapidamente passou a ser uma causa de luta comum e uma fonte de união comunitária.

O problema da moradia se associa a outras demandas sociais — habitação digna é teto, rede de água e esgoto, energia elétrica barata, ônibus na esquina, asfalto, escola para todos, posto de saúde bem equipado, rádio comunitária e liberdade de expressão.

Ao contrário da avaliação da esquerda tradicional, que enxerga as lutas comunitárias como alheias à luta de classes, avaliamos que as demandas típicas dos Centros Comunitários e Associações de Moradores comprovam o caráter classista desses movimentos.

A luta das pessoas da comunidade é uma luta pela sobrevivência da classe trabalhadora. Se dá na esfera da reprodução, que está intimamente ligada às lutas da esfera da produção. Não existe uma dissensão entre o movimento operário nos sindicatos e o movimento dos moradores nos bairros da periferia. Pelo contrário, são complementares e, na atual conjuntura do capitalismo, quem mora na periferia das grandes cidades está no centro das grandes lutas do nosso tempo.

Senão vejamos. Em 1979, ascendem aos cargos principais da burguesia os partidos conservadores: temos Thatcher no ministério inglês e Reagan na presidência estadunidense. Com eles instala-se vorazmente a política neoliberal, ainda não reconhecida como tal, mas já

provocando fissuras na débil economia dos países latino-americanos, a ponto de a década de 80 ser considerada pelos economistas brasileiros como a "década perdida".

Dez anos depois, em novembro de 1989, em uma reunião organizada pelo Institute for International Economics e patrocinada pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e governo estadunidense, os caciques da política econômica mundial acertaram várias diretrizes para a América Latina. Alguns economistas brasileiros participaram desse encontro, de que resultou um documento famoso para a posteridade como Consenso de Washington. A principal consequência para os oprimidos do continente latino-americano foi a falência total das políticas públicas e a doação caridosa de todo o patrimônio estatal aos escroques da especulação transnacional.

Um bom exemplo da aplicação competente desse consenso no Brasil foi a venda da segunda maior mineradora do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce, em um processo vantajoso apenas para o comprador, um playboy endinheirado especialista em especular nos mercados emergentes: Benjamin Steinbruch. Este senhor cancelou investimentos fundamentais para a economia paraense e pode-se prever degradação cada vez maior em um dos mais belos e ricos ecossistemas do mundo — a serra dos carajás.

A principal consequência dessa política neoliberal para os trabalhadores é o desemprego. As empresas privatizadas reformularam seus quadros com demissões em massa e as grandes indústrias multinacionais investem mais e mais na mecanização, tirando das linhas de produção milhares de operários e fazendo sobrar seus milhões para aplicação nos mercados especulativos. Não é só a sobrevivência dos operários que está em risco com o desemprego: também a sobrevivência dos sindicatos fica cada vez mais difícil. O aumento nas taxas de desemprego implica numa diminuição nos quadros de associados e as lutas dos sindicatos envolvem: brigar por melhores salários, melhores condições de trabalho e avanço dos direitos trabalhistas é irreal: a briga agora é para evitar as demissões e as negociações se pautam em programas de demissão voluntária, emprego temporário, férias coletivas.

Competindo com o desemprego, o fim das políticas públicas aumenta a pauperização da classe trabalhadora e faz crescer a importância do movimento comunitário, porque o avanço do capital privado sobre os direitos essenciais da população se caracteriza como uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais latino-americanos na década de 90.

Saúde, educação, habitação e alimentação são cada vez mais questões de poder. Poder pagar. Burgueses e trabalhadores não mais se diferenciam apenas ambigualmente como dominadores e dominados, exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Uma diferença menos sutil se afirmou, modificando o caráter das lutas mas não sua natureza: agora somos excluídos ou incluídos.

Esta diferenciação tem um paradigma cuja compreensão é fundamental: o mercado. Por visualizar a magnitude do mercado nas decisões políticas e na aplicação do neoliberalismo é que o movimento Zapatista representa tanta esperança para o povo mexicano. Por enfrentar diretamente a força do capital financeiro representado na especulação fundiária é que o MST se configurou como alternativa de luta para os brasileiros. Nos movimentos de bairro está a voz dos excluídos do Brasil: ainda fraca e pouco audível, mas cada vez mais presente no movimento

hip hop e nas rádios comunitárias. O crescimento desses movimentos e um tom mais alto de voz dependem do avanço da organização dos trabalhadores.

### **CENTROS COMUNITÁRIOS / ASSOCIAÇÕES DE MORADORES: ESPAÇO DE LUTA POR DIREITOS E PROJETO DE NOVA SOCIEDADE.**

A partir do momento em que nós trabalhadores fomos jogados nos bairros periféricos, logo nos organizamos e espaços comunitários para lutarmos por nossos direitos: saúde, saneamento, educação, arborização e transporte passaram a ser reivindicados para nossa sobrevivência. Pela experiência prática nessas últimas décadas, podemos confirmar que não basta apenas reivindicar esses direitos. É preciso estar organizado para combater o capitalismo enquanto sistema dominante. É necessário transformar cada espaço coletivo comunitário num embrião da sociedade socialista.

Precisamos fazer com que mais trabalhadores participem das reuniões e demais atividades comunitárias. Para isso, a estrutura organizacional das entidades precisa ser descentralizada, pois estrutura hierárquica é uma característica da sociedade capitalista. Se nós lutamos pelo socialismo, essas entidades precisam romper com tal estrutura. Além disso, transformar estas associações em espaço propagador dos ideais socialistas, que se contraponham à lógica do individualismo e egoísmo que o capitalismo tanto influencia diariamente. Valores como solidariedade, apoio mútuo, classismo e outros precisam ser cultivados no cotidiano das comunidades.

### **O PODER POPULAR NA FRENTE COMUNITÁRIA**

Somente o povo organizado pode ser de fato o protagonista da luta pelo socialismo. Políticos profissionais, sejam de direita ou de esquerda, vislumbram chegar aos postos mais altos da sociedade, e este caminho é incompatível com nosso propósito de chegar ao poder popular. Aliás, o poder popular que defendemos não tem nada a ver com a proposta de Orçamento Participativo desenvolvida em algumas partes do Brasil por políticos profissionais da esquerda institucional. Nessas experiências, o povo se digladiava por migalhas e isso não pode ser confundido com o poder popular, que podemos considerar um preâmbulo do socialismo.

As lutas que se desenvolvem nos bairros podem constituir-se nos primeiros passos em direção a este objetivo. Se o povo forja a descentralização desde já, terá mais condições de realizá-la no futuro. Cada Centro Comunitário, Associação de Moradores, tem que ser considerada uma micro-instância social que gerenciará a sociedade socialista. Precisamos tornar essas instâncias autônomas em relação aos políticos profissionais - de direita ou de esquerda. Defendemos a ação direta como fator preponderante para conquistarmos nossos direitos e conseqüentemente o poder popular.

### **AS INSTÂNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS DE LUTA**

No caso específico de Belém do Pará, cidade em que a Resistência Popular Amazônica atua, há uma tradição de movimento popular de muita combatividade. Por diversos motivos, expostos na primeira parte desse documento, Belém formou grandes bolsões de miséria, provocada por um crescimento desordenado, com bairros imensos, sem as mínimas condições básicas de vida para o

povo. Esta situação contrasta com a situação da classe dominante da cidade. Dada esta conjuntura, surgiram diversos Centros Comunitários que, organizando a classe oprimida, vêm demonstrando o quanto é possível lutar e obter melhorias. Em 1979, surgiu a Comissão dos Bairros de Belém - CBB, entidade que federalizou os Centros Comunitários da cidade, com o firme propósito de unificar as lutas travadas em lugares dispersos. Os diversos bairros, a partir daí, começaram a manter uma relação bem mais constante, em torno não apenas da questão da moradia, mas também em torno de outras irregularidades que são igualmente comuns a todos os bairros periféricos de Belém.

Em 20 anos de luta, muitas vitórias foram alcançadas. Mas hoje em dia a entidade está esvaziada por uma contradição insolúvel: a falta de limites entre o poder do estado e o poder do povo. É que a CBB está atrelada a correntes reformistas da esquerda institucional, que pretendem antes uma conquista do poder sem modificá-lo, a uma ruptura com o sistema que aí está.

A situação em Belém é emblemática do caminho tomado pelos movimentos populares em muitas cidades do Brasil. As principais lideranças que dirigem a entidade são funcionárias - em cargos de confiança - da municipalidade, desde que assumiu a prefeitura um partido de esquerda. E as demandas populares estão cada vez mais confinadas às estreitas e perigosas consignas elaboradas justamente pelo estado que, como dissemos anteriormente à exaustão, é o principal adversário das lutas comunitárias. Frisamos: o Estado não deixa de assumir esse papel quando está sendo administrado por forças da esquerda; não deixa de ser um estado burguês quando estão no poder os partidários da esquerda institucional. Nessa situação, a luta é até mais difícil, justamente pelo atrelamento das lideranças mais tradicionais que, compromissadas até a raiz dos cabelos, com as propostas do Estado, já não podem combatê-lo como exigem os interesses dos trabalhadores. Pelo contrário, quando é esta a conjuntura, as lideranças tradicionais tem dois caminhos: ou rompem em definitivo com a esquerda institucional, ou atrasam, sabe-se lá até quando, as lutas daquela que foi a sua comunidade.

A Resistência Popular Amazônica defende a ação direta, o federalismo, o anti-parlamentarismo como princípios fundamentais para resgatar o fortalecimento da luta popular em Belém.

## **A LUTA COMUNITÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Historicamente o movimento popular - comunitário tem como inimigo o Estado na esfera municipal. É ele que assume o papel da classe dominante. A classe oprimida tem reivindicado desta Estado políticas Públicas que dêem condições melhores de vida para nosso povo.

Com o avanço das idéias neoliberais, nosso povo vem sofrendo ainda mais com a falta de recursos para o atendimento das necessidades básicas.

Entendemos que torna-se tático reivindicarmos políticas públicas, pois pagamos impostos. E esses recursos tem que retornar para o povo, através de políticas públicas eficientes. Porém, frisamos que exigir políticas públicas não significa se atrelar à estrutura do Estado-Parlamento.

## **BANDEIRAS DE LUTA**



**Saúde:** mais hospitais públicos; pelo menos um posto de saúde equipado em cada bairro; médico de família e agentes comunitários de saúde; farmácias comunitárias com plantas medicinais, orientação médica e distribuição gratuita; programas de assistência gratuita a adolescentes grávidas, dependentes químicos, soropositivos.

**Transporte:** ônibus 24h, tarifas congeladas, passe-livre para estudantes e desempregados, fim do monopólio dos transportes, construção de ciclovias com sinalização, pavimentação de todas as ruas e passagens, paradas de ônibus com cobertura de materiais não poluentes e condizentes com o clima da cidade; por um Conselho da classe oprimida municipal de transportes, com poder deliberativo e resolutivo.

**Áreas de lazer,** quadras poliesportivas, praças, parques ambientais preservando a mata amazônica e política de reflorestamento e arborização onde ela já não existe mais.

**Saneamento:** isenção no pagamento de água para desempregados e moradores com renda mensal de até dois salários mínimos (subsidiado pelo aumento da tarifa aos grandes empresários e comerciantes); tarifas congeladas para toda a cidade; sistema de esgotamento sanitário em toda a cidade, de acordo com projeto ambiental; programas de educação ambiental financiados pelo estado, para toda a população, principalmente nas baixadas; multa para empresas poluentes do distrito industrial e de todos os bairros, com repasse para as associações de moradores; contra a privatização das empresas de água e esgoto.

**Limpeza pública:** criação de cooperativas de reciclagem de lixo seco e orgânico; coleta seletiva de lixo; lixeiras nas calçadas a cada 100m, incinerador municipal ara lixo hospitalar; todas as empresas tem que construir estação de tratamento de resíduos, sendo proibido o lançamento de restos industriais na natureza.

**Luz:** Isenção do pagamento da tarifa para desempregados e famílias com renda até dois salários mínimos; fim da taxa de iluminação pública e da tarifa básica; construção de iluminação pública em todas as ruas com fotocélulas; isenção tarifária para postos de saúde, escolas e creches comunitárias; reversão da privatização da Celpa; tarifas congeladas para toda a cidade.

**Comunicação:** pelo fim do monopólio das comunicações; rádios comunitárias sem limite de frequência ou abrangência, para todas as comunidades, fiscalizadas pelo Conselho Comunitário de Comunicação; TVs comunitárias nos mesmos moldes das rádios; central de informações comunitárias, por município; fim das propagandas governamentais com recursos revertidos para a instalação de rádios e tevês comunitárias.

**Ecologia Social:** criação de hortas comunitárias, sem o uso de agrotóxico; criação de cooperativas de reciclagem de lixo; arborização de ruas e passagens nas baixadas; cuidado e zelo pelas mangueiras;

## MORADIA E MTST

Como parte fundamental na luta por melhores condições de vida de nosso povo, a luta por moradia digna torna-se essencial porque ela é fator primordial para a vida comunitária.

A falta de habitação dignas, o alto custo dos aluguéis e principalmente a concentração de propriedades imobiliárias nas mãos de poucos faz com que nosso povo fique morando em casas e bairros com precárias condições de utilização.

Neste caso precisamos estar organizados enquanto trabalhadores sem-teto dispostos a conquistar através de luta a habitação digna, a que todos temos direito. Na cidade de Belém, podemos encontrar em qualquer bairro, terrenos, prédios e casas abandonados pela elite, que tem tantas propriedades que acaba deixando de lado grande quantidade de áreas desocupadas na área urbana.

Não podemos ficar parados diante do quadro atual da crise dos conjuntos habitacionais, onde muitos aluguéis não são pagos em virtude dos aumentos elevados das prestações.

O Sistema Federal de Habitação, historicamente vem desenvolvendo uma política injusta. Recursos do FGTS destinados para a construção de prédios para uma minoria, ao invés de serem alocados na construção de casas efetivamente populares.

A cidade de Belém apresenta os mesmos problemas encontrados nos grandes centros urbanos do país. Crescimento desordenado que dificulta uma vida comunitária digna.

Nossa classe só pode reverter este quadro, através da luta, da organização, de práticas solidárias. Por isso, construir um movimento dos sem-teto é nossa tarefa.

## PROPOSTAS

Construir o MTST forte em Belém com autonomia em relação a políticos profissionais.

Associar o MTST com as outras lutas do Movimento Popular de Bairro. O MTST se junta com Centros Comunitários e demais movimentos combativos da cidade.

Apoiar as reivindicações do MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia)

## CONSTRUIR O SOCIALISMO E DAR PASSOS SOCIALISTAS

Precisamos romper com a idéia de que o objetivo do movimento popular seja conquistar espaços no parlamento, contribuindo assim para o fortalecimento da democracia burguesa. Para o movimento popular só deve existir democracia direta.

Dar passos socialistas significa fortalecer as associações originadas no seio do movimento popular.

Na luta agrária atual desenvolvida pelo MST fica claro que a principal alavanca de conquistas é a ação direta, representada nas ocupações de terras monopolizadas por uma minoria de parasitas. Esta prática precisa ser implementada nos centros urbanos também.

A Resistência Popular Amazônica reconhece as dificuldades que enfrentamos atualmente na luta comunitária. Mas isso só será revertido quando de fato rompermos os laços com os reformistas de esquerda que usam o movimento popular para suas finalidades eleitoreiras. Não podemos esquecer que a direita tem muita influência no movimento, fortalecendo o ideal do assistencialismo que tanto deturpa o caráter do movimento popular.

Não existimos para pedir caridade, nossa tarefa é lutar por uma sociedade socialista!

## A CONJUNTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

O Brasil é um país de grandes dimensões continentais, possuindo uma extensão territorial de 8.511.996 km<sup>2</sup>. No entanto mais da metade de sua população perambula sem destino, ou engrossando os bolsões de miséria na cidade, ou submetendo-se a condições escravizantes de trabalho e à humilhação por parte dos usurpadores da terra, padecendo de toda forma de violência e contando somente com a omissão do Estado e da sociedade. Isso se deve à chamada consternação fundiária que caracteriza a estrutura agrária brasileira.

A concentração fundiária nada mais é do que o monopólio da posse da terra por um número bem pequeno de proprietários agrícolas em detrimento da grande massa de trabalhadores rurais expropriados pelo latifúndio.

No Brasil, a tradição do latifúndio ocorreu logo após a invasão do reino português há 500 anos, quando as terras indígenas foram divididas em 12 faixas que passaram a se chamar capitanias hereditárias, para a colonização e a introdução da produção da monocultura açucareira. Os herdeiros da coroa chegaram a doar imensas glebas chamadas sesmarias aos "cristãos" que se interessassem, tendo aí início a história do latifúndio.

Devido a esse latifúndio, práticas desumanas, como o genocídio dos nativos, a introdução da escravização de africanos, a marginalização da população em geral, foram se tornando banais.

Meio século se passou e a situação não encontra-se hoje muito diferente. Mas vale aqui lembrar, contudo, a história de resistência do nosso povo oprimido, como os levantes indígenas e negros contra a matança e a escravidão promovidas pelos colonizadores e senhores de escravos.

De lá para cá, foram várias as formas nas quais se configuraram estas resistências por parte do trabalhador do campo, garantidas na base de muita luta, sangue, suor e dor, nos enfrentamentos com a aristocracia rural e o Estado. Assim se deu a revolução da Cabanagem no Pará.

Atualmente, as investidas neoliberais no Brasil tem atingido o campo de maneira desastrosa. O campo passa a ser tratado como uma espécie de aberração, um contraste à economia globalizada. O tema reforma agrária torna-se algo desapropriado, atrasado e deslocado no tempo e no espaço. O Estado procura cada vez mais ignorar a questão agrária dificultando a desconcentração da posse da terra. Em contrapartida, cria imensos incentivos à instalação da grande empresa agrícola de fins comerciais com o uso de equipamentos sofisticados e alta capacitação técnica. Isto é rentável para o capital. Mas o conflito social é incontrolado.

Na Amazônia, desde o período da ditadura militar, o campo iniciou uma mudança radical devido à chegada dos empreendimentos capitalistas, promovida pelo estado, com a implantação dos grandes projetos de mineração, colonização e agropecuários na região. Estes fatos levaram à eclosão de uma espécie de guerra civil não declarada e até hoje abafada pelo Estado e pelos Meios de Comunicação.

O conflito pela posse da terra aumentou pela introdução de novos personagens - migrantes, latifundiários, empresas, firmas, garimpeiros - que se confrontaram simultaneamente com os antigos habitantes da região - índios, posseiros, caboclos e ribeirinhos - chegando a um índice de violência bem próximo da barbárie.

Nesse momento emergem com força os movimentos sociais do campo, seja com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou com os movimentos de seringueiros e atingidos por barragens, ou mesmo com a chegada do MST a partir da década de 80. São os trabalhadores do campo amazônico se organizando para o embate direto contra a opressão do Estado e do Capital.

No Pará, o MST é hoje o movimento que se destaca no enfrentamento com as forças repressivas do estado e do capitalismo, desafiando os autoritarismos e questionando as estruturas vigentes no campo através de ações concretas como a ocupação de latifúndios e instituições ligadas à reforma agrária, lutando por condições dignas de sobrevivência para a nossa gente.

A essa luta, a classe trabalhadora camponesa expropriada, na busca da conquista de seus ideais e de questões objetivas que possibilitem sua reprodução, dedica toda a existência, pois conhece a força que possui nas mãos calejadas pelo cabo da enxada. Sabendo que o sistema burguês somente age a serviço dos poderes do dinheiro, a massa trabalhadora de maneira alguma aceita o plano de exclusão que o capitalismo lhes reservam identificando este como inimigo da classe, levantando-se contra a violência e a impunidade que os vitima.

Para garantia de sua autonomia e autenticidade, os trabalhadores rurais não deverão jamais aceitar conchavos com as elites e estadistas, mas somente estar organizados e prontos para a ação direta na derrubada das estruturas capitalistas e ao alcance da sonhada revolução agrária de base socialista.

As duras caminhadas, o sangue derramado e a impunidade sofridos não desanimam o povo do campo em luta, pois é a sede de libertação que o conduz e, com garra e perseverança, a vitória é certa.

## LUTA DOS NEGROS, ÍNDIOS E MULHERES

Para muitos, serão 500 anos de descobrimento, para nós da RP-Amazônica, a certeza de quem em nossas veias pulsa o sangue afro-indígena (a maioria pobre, analfabeta, marginalizada). Sobrevivemos do salário de miséria, somos tratados como porcos, seja nos latifúndios ou nas favelas, cortiços, invasões e viadutos. Somos queimados nos pontos de ônibus por delinquentes burgueses desconhedores de suas próprias origens e da importância do ser humano agente social, que constrói a oitava economia mundial, mas que tem a pior distribuição de renda do planeta.

Somos culturalmente fortes, derivamos da miscigenação infelizmente violentada por nossos seculares inimigos e opressores. O Brasil, em sua grande maioria, possui 80% da população mestiça, a segunda maior população de origem afro do mundo.

O Brasil dos 500 anos traz em sua história a saga de milhares de negros africanos traficados pela cruel prática do escambo, jogados nos porões e usados como força de trabalho para serem explorados nas lavouras, jogados nas senzalas, em grupos de línguas diferentes, para jamais poderem rebelar-se, obrigados a falar o idioma do opressor, adotar suas crenças, esquecer sua espiritualidade, traduzida na força das divindades ligadas ao respeito à natureza.

Mas a opressão não foi maior do que a força da raça e jamais a diferença de dialetos tirou de nossas mentes o sonho de liberdade, e como resposta nasceu uma das maiores revoltas sociais do Brasil: o Quilombo dos Palmares, a maior forma de resistência, democracia racial e



autogestão, comportando durante séculos na Serra da Barriga, em Alagoas, negros, brancos, mestiços e índios.

Em sua história, o negro participou de muitas revoltas por liberdade em nosso país, esteve na cabanagem, canudos, no cangaço. Hoje resiste na cruel realidade de que a maioria marginalizada é negra - embora para fugir dessa dominação as estatísticas oficiais apontem mais de 100 adjetivos para uma raça que revela-se em nossas características físicas.

No Brasil da "democracia racial" o negro possui acesso mínimo a universidade pública - cerca de 3% dos universitários são negros. Pouquíssimo estudantes negros conseguem ultrapassar as barreiras dos ensinos médio e fundamental. Cultiva-se o futebol e o carnaval - eufemisticamente considerados a imagem da raça - embora poucos brasileiros saibam que tais manifestações, durante décadas, foram consideradas manifestações da elite, e que levamos muita "porrada" da polícia, por não podermos nos manifestar nas ruas e por sermos considerados "vagabundos". Daí a dita malandragem.

Hoje, o mesmo negro serve de objeto para enriquecimento da máfia futebolística, raspa a cabeça na tentativa de esconder o cabelo "ruim" e alimenta o sonho de milhares de crianças que sobrevivem nas favelas, baixadas e viadutos. É onde moram hoje os descendentes dos antigos quilombos, já que foram expulsos de suas comunidades quilombolas, as terras de pretos, que se originam de fazendas falidas, doações de terras para ex-escravos. Muitos destes povoados possuem problemas fundiários, e atualmente a maioria deles passa pelo processo de desagregação, existindo um grande número de negros entrando inevitavelmente em conflito com os grandes fazendeiros ou empresários rurais.

### HÁ UM GALDINO EM CADA UM DE NÓS...

Próximo aos 500 anos, década de 90, um índio foi barbaramente assassinado em um ponto de ônibus! Por sermos comparados a porcos, milhares de índios morrem cotidianamente em nosso país e morre toda a sua cultura.

Sua história de resistência, como sabemos, vem de 1500, quando o primeiro invasor inicia a conquista da *terra brasilis*. Nossos inimigos viam o mundo indígena com os olhos do preconceito, sendo considerados povos inferiores que deveriam atingir a condição de homens a partir do momento que deixassem seus hábitos, descaracterizando a cultura indígena, tal conversão forçava a desestruturação das tribos, para que nos aproveitassem melhor como escravos.

Infelizmente, de forma gradativa, as doenças dos brancos, o extermínio da guerra e a exploração forçada destruíram durante séculos várias nações indígenas. Ao contrário da raça negra, o Brasil possui hoje menos de 500 mil índios, poucas nações indígenas e milhares de descendentes vagando como miseráveis nas grandes metrópoles.

Atualmente muitas tribos sofrem espoliações em suas reservas a custa da exploração mineral, organizam-se através de movimentos sociais, lembrando ao opressor, a necessidade de manter viva a história de nossos primeiros brasileiros, para que o espírito do índio Galdino esteja em cada brasileiro, explorado por não ser considerado gente.



## AVE, TUÍRA!

Em meio a hipocrisia da igualdade, ignora-se que o povo brasileiro nasceu justamente da exploração sexual da mulher. País que viu suas filhas, negras e índias serem estupradas pelo invasor, gerando crianças ditas "filhos da conquista", multiplicando com isso a força de trabalho e enriquecimento do inimigo colonizador.

Não satisfeitos com a violência sobre as trabalhadoras, um opressor chamou os bebês na bps da curra, de "filhos das mulas", estes muitas vezes impedidos de alimentar-se no seio de sua própria mãe, pois a esta cabia a obrigação de ser ama-de-leite dos filhos da classe dominante, nossos futuros exploradores.

Hoje, nosso Brasil assiste pacificamente o noticiário global que divulga o tráfico de mulheres, a prostituição infantil, onde milhares de meninas pobres desfilam seus corpos nos balneários e praças, vendendo-se ao gringo europeu. São em sua grande maioria meninas negras e índias - exploradas nas áreas de mineração e garimpo - transformadas precocemente em mulheres que carregam a triste sina de sobreviverem à custa da exploração sexual, carregam em seus ventres o fruto do acaso, parindo milhares de brasileiros que já nascem marginalizados e que servirão de mão de obra escrava ao inimigo globalizado.

Sabemos que as mulheres são a maioria da população, por trás da suposta independência, existe o sexismo, salários baixos, repressão patronal contra grávidas, discriminação por opção sexual, dupla jornada de trabalho. Sua maior categoria são as empregadas domésticas, descendentes diretos da escrava da casa grande e que trazem como herança a inferioridade racial e social sonham o sonho dos ricos das novelas globais, possuem sua auto-estima agredida todos os dias e, por via de regra, são exploradas sexualmente pelo filho do patrão - ou pelo próprio - branco e na maioria das vezes recebem a denominação de diaristas para que não haja vínculo empregatício e carteira assinada.

Entre todas as violências, há o estupro, o espancamento e a sina de carregar o dito "mal do século", a AIDS transferida pelo próprio companheiro, destruindo milhares de lares ou deixando menores órfãos e filhos da marginalização nas ruas.

Rebelar-se significa hoje possuir o espírito guerreiro da índia Tuíra, mais em mais mulheres participarem dos movimentos populares, lutar coletivamente contra a opressão milenar e fazer a transformação social.

Nós da RP-Amazônica entendemos e identificamos o que chamamos de Brasil, reivindicamos as diversidades entre os povos brasileiros. Neste pedaço de mundo, vivemos e lutamos ao contrário do que elite brasileira tenta nos fazer acreditar.

Sabemos que esta maioria culturalmente forte desconhece seu poder de luta, ignora sua história de resistência, sobrevivendo sem educação, nossa história de luta foi muitas vezes escrita pelo opressor, suas bases vêm de documentos escritos em todas as épocas pelo inimigo.

Cabe a nós, revermos nossas lutas, rebelando-nos contra qualquer forma de opressão, praticarmos uma de nossas maiores estratégias, a inserção social para que os próximos 500 anos nossos descendentes possam contar outra história, porque quando os de baixo se movem, os de cima caem.

FORÇA  
AOS  
QUE  
LUTAM.